

GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR
ORGANIZADOR

NARRATIVAS HISTÓRICAS

SOBRE OS EVENTOS E SEUS
EFEITOS AO LONGO
DOS SÉCULOS

GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR
ORGANIZADOR

NARRATIVAS HISTÓRICAS

SOBRE OS EVENTOS E SEUS
EFEITOS AO LONGO
DOS SÉCULOS

**Atena**
Editora
Ano 2024

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2024 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2024 O autor

Copyright da edição © 2024 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeylson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do

Paraná

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia

Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Narrativas históricas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Geso Batista de Souza Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N234 Narrativas históricas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos / Organizador Geso Batista de Souza Júnior. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-2938-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.388242310>

1. História. I. Souza Júnior, Geso Batista de
(Organizador). II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

A primeira edição do e-book “Narrativas históricas sobre os eventos e seus efeitos ao longo dos séculos” expande os debates sobre a construção da história e suas diversas formas de representação. Este volume reúne estudos que discutem questões essenciais, desde as relações entre narrativa e verdade histórica, passando pela assistência à infância na Primeira República brasileira, até as representações culturais da Idade Média e uma análise crítica de *Esaú e Jacó*, de Machado de Assis. Cada capítulo oferece uma perspectiva única sobre eventos e personagens que marcaram diferentes momentos históricos, enriquecendo nossa compreensão sobre como a história é contada e reinterpretada ao longo do tempo.





No Capítulo 1, **Narrativa e verdade histórica: do texto ao contexto**, Vânia do Carmo Rocha explora a relação entre a escrita da história e a construção da verdade, abordando as complexidades envolvidas na interpretação de eventos passados. Este estudo propõe uma análise das diferentes abordagens metodológicas e o papel da narrativa na formação do conhecimento histórico.

O Capítulo 2, **Moncorvo Filho e a assistência à infância no Brasil na Primeira República: em nome do desenvolvimento da nação**, de Adriano Rosa da Silva, analisa a atuação do médico Arthur Moncorvo Filho na criação de políticas públicas voltadas à infância durante o início do século XX. O autor investiga como o projeto de “caridade científica” moldou as iniciativas assistenciais da época, com ênfase na filantropia e na saúde pública.

No Capítulo 3, **Sete vidas e muitas faces: a imagem do gato na Idade Média**, de José de Arimathéia C. Custódio, faz uma viagem pelo imaginário medieval em torno dos gatos. Ele discute como essas criaturas eram retratadas tanto como símbolos demoníacos quanto figuras sagradas, oferecendo uma visão ampla e equilibrada das diferentes representações desses animais na cultura medieval.

Finalmente, o Capítulo 4, **Implementação e consolidação da República: análise do livro *Esaú e Jacó* de Machado de Assis**, escrito por Eduardo Prates Bordinhão, apresenta uma análise literária da obra *Esaú e Jacó* sob o contexto político da transição entre Monarquia e República no Brasil. O autor utiliza o romance de Machado de Assis para discutir as tensões ideológicas entre monarquistas e republicanos, bem como as limitações da nova ordem política instaurada no país.

Esses estudos, em conjunto, oferecem uma rica contribuição para o campo da historiografia, conectando passado e presente através de análises profundas e envolventes de eventos e figuras que compõem a história. Boa leitura!

CAPÍTULO 1	1
NARRATIVA E VERDADE HISTÓRICA, DO TEXTO AO CONTEXTO	
Rocha Vânia do Carmo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3882423101	
CAPÍTULO 2	9
MONCORVO FILHO E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: EM NOME DO DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO	
Adriano Rosa da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3882423102	
CAPÍTULO 3	26
SETE VIDAS E MUITAS FACES: A IMAGEM DO GATO NA IDADE MÉDIA	
José de Arimathéia Cordeiro Custódio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3882423103	
CAPÍTULO 4	37
IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA: ANÁLISE DO LIVRO ESAÚ E JACÓ DE MACHADO DE ASSIS	
Eduardo Prates Bordinhão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3882423104	
SOBRE O ORGANIZADOR	43
ÍNDICE REMISSIVO	44

NARRATIVA E VERDADE HISTÓRICA, DO TEXTO AO CONTEXTO

Data de submissão: 21/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Rocha Vânia do Carmo

Professora da rede pública estadual do Estado do Rio de Janeiro, com Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), e atualmente é Pós-Doutoranda na mesma instituição.

Em um dicionário da língua portuguesa publicado no final do século XVIII o verbete *História* possui a seguinte descrição: “narração de sucessos civis, militares, ou políticos” (BLUTEAU, p. 682). O substantivo que dá início ao substrato descritivo evidencia que história é a exposição escrita ou oral de um acontecimento(s), na datação do verbete fica clara à restrição aos “sucessos”. O fato é que um verbete tão curto não deixa ver a proporção que a história tomaria nas décadas seguintes. Mas ao mesmo tempo lança luz sobre o que nos interessa aqui: a história é narração, mas é condicionada pelos eventos; a história é texto, mas é texto condicionado pelo contexto. O “narrar” seria uma ação posterior às ações (sucessos). Primeiro acontece, depois se

narra. E esse “acontece” é que condiciona o que é narrado.

Essa discussão torna-se pertinente, pois a História desde a década de 1960 sofreu os impactos dos questionamentos suscitados em torno da linguagem e da ciência, e a narrativa tentou se sobrepor aos acontecimentos (HARTOG, 2013, p. 229). Mas, os acontecimentos em si não são história, a narração desses acontecimentos é história. Daí decorreu uma série de questões que giram em torno da própria verdade histórica. Para desenvolver uma reflexão a esse respeito alguns dos historiadores que se dedicaram a refletir sobre os impactos da chamada “virada linguística” na História, como François Hartog e David Harlan.

A HISTÓRIA ENTRE A NARRATIVA E A VERDADE - HARTOG

No livro *Crer em História* Hartog se dedica a refletir sobre os questionamentos atuais que giram em torno da história enquanto disciplina. Tendo em vista o futuro

ocluo, tendo em vista os debates construídos em torno do problema da representação no conhecimento histórico e a questão da verdade histórica, Hartog procura pensar em como tudo isso promoveu mudanças na própria crença em história. E crer em História aqui significa acreditar que o conhecimento do passado é fundamental para o ordenamento da sociedade. Crer em e história é também acreditar que o ser humano é capaz de definir seu presente e futuro, de modo que este último, na medida em que amplia o conhecimento do passado, aponta para o progresso, para plena realização do ser humano. Crer em história é acreditar que ela é fundamental para a própria realização humana, ela diz de onde viemos e aponta para onde vamos. Por isso Hartog questiona se acreditamos em História com mesma força e fé que se acreditou a partir do século XIX, ocasião em que a História surgiu como “a força dominante e conceito central, ou ainda regulador do mundo moderno” (HARTOG, 2017 p 12). Os acontecimentos que colocaram a humanidade à prova na primeira metade do século XX, como as duas Grandes Guerras e a ameaça nuclear, testaram a validade do próprio conhecimento histórico, abalaram a crença em História. Uma crença que outrora a entendia como “desígnios da Providência, destino, marcha acelerada do progresso, avanço da decadência ou surgimento da Revolução” (p. 16). Nessa esteira, foi a partir da década de 1960 que as noções de realismo histórico sofreram questionamentos delineados pela ideia de que se o historiador escreve história, ele a faz, ele a fabrica. E com a publicação em 1973 de *Metahistória*, Hayden White se tornou referência na concepção que considera a história mais como escrita do que uma narrativa sobre o real, o que levou ao fim da fronteira entre ficção e história, deslocando a história do espectro da ciência para o espectro da literatura e a da arte (p. 22). A crença em história foi baqueada por aquilo que lhe é inerente, a escrita.

Nos Estados Unidos o movimento que se iniciou na década de 1960 se nomeou *linguistic turn*, e deu vazão para o relativismo pós-moderno sobre a questão do real e da verdade histórica. Para White, diz Hartog, a narrativa histórica é “um sistema discursivo de produção de sentido” (2017, p. 86), em resposta a ele Arnaldo Momigliano destacou que independente da forma como se articula discursivamente, as histórias escritas pelos historiadores devem ser verdadeiras. Esse embate entre história e ficção é resultado de um movimento mais amplo dedicado a discutir a linguagem e sua relação com as ciências. Todo conhecimento humano é estruturado como linguagem. No caso da história a situação fica mais sensível, sobretudo quando Roland Barthes assinala que o fato possui somente uma existência linguística.

Para responder à virada linguística e aos questionamentos por ela suscitados a respeito dos poderes da narrativa, Hartog se atém as reflexões de Paul Ricoeur e de Carlo Ginzburg, não para aproximá-las ou para opô-las, mas para apresentar duas abordagens distintas em resposta à conjuntura por ora colocada.

Ricoeur buscou levar “às últimas consequências a investigação sobre as capacidades da narrativa” (HARTOG, 2017, p. 89), mesmo sendo o que Hartog chama de um *outsider* em

relação à história, foi o que mais se aproximou dela destacando que todo o tempo pensado é também narrado, o que vale até para as histórias que se pretendiam rompidas com a narrativa. Ricouer baseia suas reflexões na *Poética* de Aristóteles, e para o filósofo grego “poética” é a arte de compor intrigas, uma arte concernente a *mimesis*; isto é, a “poética” é composição de obras que visam imitar a uma ação (p. 94). Toda a reflexão de Ricouer sobre a narrativa se baseia na *Poética*. Sendo a história a reconfiguração do tempo, ela é a junção da narrativa de ficção e da narrativa histórica. Essa junção é articulada por Ricouer através do conceito de *representância*, conceito este que explica a relação entre o passado, o real e o conhecimento histórico.

Mas a leitura que Ricouer faz da *Poética* é bem específica. Ele a entende como “um modelo de tessitura de intriga que se propõe a estender a toda a composição narrativa, quer se trate de história ou de ficção” (HARTOG, 2017, p. 104). Mas Aristóteles articula claramente que a história, tal como a concebem os historiadores, não é *mimesis*, e também não é *poiesis*. Para Aristóteles, o historiador deve dizer o que se passou, e não fazer. O historiador não é um “mestre de intrigas” para o autor da *Poética*, como postula Ricouer. Para este último a *mimesis* está na narrativa, o historiador é um construtor de intrigas, com isso ele acaba ferindo a divisão feita por Aristóteles.

Ginzburg, diferente de Ricouer, se ateu a outra obra de Aristóteles, a *Retórica*. Isso por que, enquanto o segundo priorizara a narrativa, o historiador italiano tinha na questão da “prova” o debate central em sua resposta à virada linguística. Para os oradores, diz Ginzburg lendo Aristóteles, há duas estratégias de demonstração, o entinema e o exemplo. Entinema entendido como argumento provável. Logo, retórica e prova estão vinculados (HARTOG, p. 109). E é na *Retórica* que Aristóteles trabalha com mais afinco a historiografia. O recurso à história (ou mais precisamente, à pesquisa histórica) surge com a finalidade de trazer exemplos de outros lugares e de outros tempos. As pesquisas (*historiai*), se destinam a “coleta de dados e destinadas a fornecer premissas, permitindo argumentar corretamente no âmbito das deliberações da assembleia” (p. 109), e assim acabam fornecendo entinemas válidos. No entanto, essas pesquisas não dizem respeito a retórica, mas sim à política, segundo Aristóteles. Pois visam fornecer conselhos, instrução às deliberações.

Aristóteles fala pouco da história na *Poética*, quando fala é para tratar do discurso trágico. A história se situa em lado oposto à “poética”, já que a história está no campo da narrativa, e a poética está no campo da *mimesis*. A poética trata do que aconteceu e do que poderia acontecer, já a história trata do que aconteceu. Na poética a poesia é imitação, pois representa a natureza da ação do homem, não necessariamente copia. A poética é conhecimento mais elevado por ser universal, enquanto a história é particular por ser narração dos eventos que realmente ocorreram. A história se dedica a narrar o que aconteceu, uma história após a outra, sem ligação causal entre os acontecimentos. O tempo surge como unidade aleatória e diversa. Já a poética constrói a relação causal entre

os acontecimentos, e acaba estabelecendo uma unidade de ação dos acontecimentos. Logo, a história como os historiadores a fazem hoje (e desde, ao menos, o Oitocentos) se aproxima, em Aristóteles, da poética.

Ricouer volta-se a Aristóteles para entender a narrativa e o sentido da história, Ginzburg também voltou-se para o pensador grego, mas buscando articular a importância da prova para o conhecimento histórico. Da *Poética* a *Retórica*, de Ricouer a Ginzburg, o recurso à Aristóteles vem como respostas distintas à virada linguística. Ambos baseiam suas reflexões em Aristóteles, mas não são fiéis a ele, acabam por criar algo diferente. Já que, de algum modo, rompem com a dicotomia de Aristóteles.

Mas a partir de processos descontínuos que seguiram desde a Antiguidade à Modernidade, narrativa e prova se encontraram no conhecimento histórico, diz Hartog. Quintiliano considerava a história “um poema em prosa” (HARTOG, 2017, p. 114), Tucídides destacou o excesso dos poetas e dos logógrafos, e defendeu a história como discurso verdadeiro (p. 115), e mais a frente no século XIX, Ranke vai restringir o papel da história a dizer o que se passou. Mas foi já no século XVIII, quando houve a junção da história antiquária com a história filosófica, que as bases da história moderna foram lançadas; e a “história avança corajosamente” com a combinação entre os cuidados com as fontes e o recurso da linguagem. Narrativa e verdade, forma e conteúdo, ambos se associam na constituição do conhecimento histórico. E conclui Hartog,

[...] a *poiesis* situa-se na retórica ou a retórica se torna propriamente a *poiesis*. E assim, vinculando (as vezes sem se dar conta) o que o velho Aristóteles havia claramente separado, abria-se um novo campo que, durante algum tempo, pareceu sem limites. (2017, p. 117)

Em defesa da verdade histórica, Carlo Ginzburg respondeu diretamente a Frank Ankersmit. Este historiador holandês havia colocado que a historiografia pós-moderna carregava consigo a tendência a concentrar a atenção nos fragmentos e não nos conjuntos vastos. Os fragmentos minúsculos do passado são investigados de maneira isolada, independente do seu contexto. Ankersmit, tal como Hayden White, cede à posições céticas que consideram a o ato de escrever história uma atividade de tipo artística, na qual a pretensão de conhecer o passado está superada (GINZBURG, p. 275). Mas Ginzburg enfatiza que ele e Giovanni Levi se posicionaram repetidas vezes contra as posições relativistas, inclusive a que limita a historiografia a uma dimensão textual sem valor de conhecimento. A consciência de que todas as fases da pesquisa são construídas e não dadas, prossegue Ginzburg, reuniu no fim da década de 1970 um grupo de estudiosos italianos de micro-história. Mas essa autoconsciência se aliava a “uma rejeição explícita das implicações céticas (pós-modernas, se quiserem) tão largamente presentes na historiografia europeia e americana dos anos 80 e do início dos 90” (GINZBURG, p. 276).

ENTRE O TEXTO E O CONTEXTO – HARLAN

A discussão metodológica feita por David Harlan abre precedentes para uma reflexão sobre usos e possibilidades de análise dos textos históricos, pois ao repensar sobre os impactos da teoria literária sobre a análise histórica nas últimas décadas do século XX, pontua as implicações que daí decorre. Nesse processo, diz Harlan, os esforços de Quentin Skinner e J. G. Pocock de tentar reconstruir a história intelectual são esboçados, bem como as críticas feitas a eles pelos pós-estruturalistas e pela história do discurso, em autores como Derrida, Foucault, Paul de Man, Ricoeur, Gadamer e LaCapra. Desta forma, texto e contexto são colocados em debate e direcionam uma perspectiva que se evidencia pela vivacidade das ideias na medida em que tais ideias respondam a questões válidas para o presente, e não sejam isoladas no tempo em que foram escritas.

Para Skinner a primeira função do historiador, diz Harlan, é reconstruir a intenção primária do autor, concebendo seu mundo mental que engloba os princípios linguísticos, as convenções simbólicas e os supostos ideológicos; as intenções do autor são recuperadas quando o texto é cercado de um contexto de suposições e convenções. Para pós-estruturalistas como Foucault, Derrida e Paul de Man, o paradigma da linguagem é a escrita com seu autor ausente, este entendimento de linguagem implica em conceber que o sujeito desta disciplina que pensa, deseja, tenciona desapareceu. O autor em si desapareceu e sua biografia é reduzida a nada mais que outro texto – ocorre a morte do autor. Além disso, se o autor morreu, o texto também morreu pois ele se dissolve na intertextualidade (HARLAN, p. 20-24) Para os pós-estruturalistas o texto permanece significativo, pois ele continua produzindo significado.

Mas Skinner acredita que pode fugir disso tudo ao pensar a linguagem como fala ao invés de escrita, e utilizando a teoria dos atos da fala ele concebe que os atos da fala são ações humanas intencionais que ocorrem em situações sociais específicas. Isso possui validade de quatro maneiras: a importância dada ao contexto (pois as expressões são feitas em determinadas situações específicas); a linguagem reassumiria a sua natureza transparente, e poderia ser analisada objetivamente pelo historiador; ocorre a ênfase nas intenções do sujeito; a restauração da intenção autoral. Mas isso não deu certo, já que a teoria dos atos da fala se refere a fala e não a escrita. Os atos da fala se situam em tempos e contextos sócio-culturais concretos. O que fala e o que ouve estão presentes um ao outro, e por isso compartilham do mesmo aglomerado de significantes. Ocorre a ausência do leitor no ato da escrita, e ausência do autor no ato da fala, como dissera Ricoeur. E assim o texto está liberado da referência autoral, e por extensão da intenção autoral, oferecendo possibilidades que seu autor jamais imaginaria.

Skinner defendeu uma hermenêutica que resgate a intenção do autor, e para isso os historiadores devem se aproximar do texto com as mentes abertas e livres do preconceito para entender os textos nos termos do próprio texto, e não nos termos do

leitor (no caso, historiador). Para Skinner, o historiador deve ser transportado para dentro da cultura e da mente do autor. Enquanto Gadamer entende que os historiadores não podem despir-se de seus preconceitos e parcialidades para entender as mentes de seus autores. Os preconceitos não são obstáculos a serem superados ou descartados, eles são pré-requisitos para o entendimento do texto, mesmo que limitem esse entendimento. As suposições, pressupostos e preconceitos nos localizam numa tradição histórica particular, mas possibilita a aproximação imaginativa a outros tempos. Para Gadamer, outro ponto importante é que o texto se insere numa tradição histórica particular, tradição de interpretação que cresceu em torno do texto desde que ele foi escrito. E isso não pode ser ignorado pelo historiador. Mas Skinner insiste que é possível reinserir o texto no seu contexto reconstruído, e que podemos despir o texto dos seus significados acumulados. De acordo com Harlan, Gadamer discorda: o texto nunca pode ser separado das interpretações através das quais ele chegou a nós, pois tais interpretações são agora realidade histórica constituinte do próprio texto (HARLAN, p. 25-27). Para Gadamer a tentativa de reconstruir a intenção original do texto não é mais do que a tentativa de se recuperar um significado morto.

Juntamente com Skinner, Peter Laslett e John Dunn, Pocock integrou o grupo da Universidade de Cambridge. Este grupo defendia que os historiadores deveriam dar mais atenção ao contexto e a aplicação das linguagens conceituais encontradas em sociedades particulares e em momentos determinados. Tendo acesso a essas linguagens conceituais de uma dada sociedade, os historiadores teriam acesso ao *menu* de significados que propiciem a comunicação entre os escritores e os leitores dessa dada sociedade. Para Pocock, os homens não fazem o que não podem dizer que tenham feito. O historiador deve então encontrar convenções e regularidades que indiquem o que poderia ou não ser dito, e como isso encoraja, obriga ou proíbe seu usuário de pensar ou falar. Skinner queria que os historiadores recuperassem a intenção do autor, Pocock esperava fazê-los se interessarem pela linguagem e pela evolução dos sistemas de linguagem em particular durante longos períodos de tempo. Pocock, como Braudel, Furet e Ladurie, enfatiza a longa duração. Mas isso tende a obscurecer as contribuições individuais, o que não é a intenção dos historiadores de Cambridge. (HARLAN, p. 27-30)

Para Foucault o discurso é um fenômeno de expressão, ele é o desdobramento de uma totalidade em que a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo pode ser determinada. Pocock é contra esse movimento que tende a fazer da “história do pensamento político” a “história do discurso político”. Ele defende uma história que preserve a intenção do sujeito. Ao contrario da história do discurso político, a história do pensamento político continuaria sendo uma história de homens e mulheres que pensem. Pocock entende que o sujeito (o escritor, o autor, o pensador) é um sujeito criativo que manipula o sistema de linguagem, explorando suas possibilidades para realizar suas intenções que vem a tona com a escrita. O autor se move nestes padrões de polivalência

empregando e recombinao-os. E quando os historiadores o leem, eles se comunicam com a própria pessoa do autor. Este anseio pela presença do autor é colocado em dúvida pela crítica literária e pela história do discurso. Mas Pocock, diz Harlan, sabe que não pode encontrar a pessoa do autor por detrás do texto, mas ele se esforça por fazê-lo. Pocock não abandona o sonho da presença do autor, na busca para o resgate de homens e mulheres que pensam.

Para os contextualistas o texto deve ser colocado no seu contexto – o que pode abranger até todo o pensamento do Ocidente –, e para tanto esse contexto deve ser reconstituído, para então ser interpretado como se ele próprio fosse um texto. Desta forma, o contexto precisa ser textualizado. O que se percebe é que o contextualismo tende a reduzir trabalhos complexos a documentos. Os historiadores do discurso mantêm seus esforços muito mais no contexto que no texto, buscando entender como determinado texto funciona dentro de um discurso em particular, o que contribuía para aquele discurso, como ele influenciou ou modificou o discurso e assim por diante. O texto tem mera função instrumental, o que se quer saber é o que ele pode dizer sobre o discurso do qual o texto é uma manifestação, um símbolo, um documento (HARLAN, p.38, 39).

Para Harlan os desenvolvimentos em crítica literária e filosofia da linguagem solaparam a crença num passado fixo e determinável, negaram a possibilidade de recuperação da intenção do autor (HARLAN, p. 61), e tal perspectiva abriu novas possibilidades e recursos para a história da historiografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa discussão em que a História foi colocada entre o texto e o contexto, as reflexões de Costa Lima esclarecedoras (p. 105-158). Ele acredita na existência de uma história crua, e essa história é a matéria bruta do historiador, mas o que o historiador cria é diferente. Na literatura a estética sobrepõe a história, pois o escritor tem total liberdade em relação à realidade, uma liberdade que o historiador não tem. A ficção possui uma estrutura própria que se legitima com a linguagem. Já a historiografia se legitima pelo contexto. O historiador se preocupa em organizar a história crua, dando-lhe inteligibilidade. Toda historiografia é uma elaboração intelectual, o que implica em uma processo criativo por parte do historiador e ao mesmo tempo lhe impõe a restrição de não poder descrever um evento como de fato ocorreu em sua totalidade. A história crua, diz Costa Lima, é caótica e sem sentido – é o historiador que lhe organiza e dá sentido ao conectar os fatos, explicá-los, e essa ação de explicar já é uma elaboração intelectual. Por mais que a literatura possa conter verdades históricas, mas essas verdade históricas não são o objeto da literatura. A história é um produto intelectual que visa atingir uma realidade fora do texto, mas se vale da linguagem. O texto é recurso, mas não a finalidade do conhecimento histórico.

Desta forma, no conhecimento histórico a linguagem que dá vida ao fato, a narração

que o tipifica é inerente a sua conformação. Mas história não é somente narrativa, não é somente texto – o contexto narrado pelo historiador demanda prova. Os debates em torno da linguagem e do texto suscitados pela virada linguística colocaram a verdade histórica numa penumbra de modo que a forma pleiteou sobrepor-se ao conteúdo. Ao mesmo tempo em que a verdade histórica não foi suplantada, os historiadores passaram a ter mais consciência das limitações e possibilidades do conhecimento histórico a partir da perspectiva da linguagem.

REFERÊNCIAS

BLUTEAU, Rafael. *Diccionário da língua portuguesa*. Tomo I .Reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva. Lisboa: Officina de Simão Thadeu Ferreira, 1785.

GINZBURG, Carlo, *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

HARLAN, David. A história intelectual e o retorno da literatura. In: RAGO, Margareth e GIMENES, Renato (org). *Narrar o passado, repensar a história*. Coleção Ideias. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2000.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONCORVO FILHO E A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA NO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: EM NOME DO DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO

Data de submissão: 22/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Adriano Rosa da Silva

Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Mestrando em Educação pela Universidade de Lisboa. Licenciado em História e em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO: O presente trabalho busca compreender a perspectiva da caridade científica e seus rebatimentos na exequibilidade da assistência à infância na Primeira República, tendo em vista que as discussões a respeito da criança ganham crescente importância na agenda política e científica no início do século XX no Brasil. A pesquisa se apoiou em dados quantitativos e qualitativos. Assim, tenciona-se investigar, nesse estudo, a rede de proteção e assistência filantrópica à infância, considerando a trajetória do médico higienista Arthur Moncorvo Filho. Para elucidar essas questões, buscou-se fontes primárias e referencial teórico mediante material bibliográfico atinente a essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência à infância. Filantropia. Moncorvo Filho.

ABSTRACT: The present work seeks to understand the perspective of scientific charity and its impact on the feasibility of child care in the First Republic, considering that discussions regarding children gained increasing importance on the political and scientific agenda at the beginning of the 20th century in Brazil. The research was based on quantitative and qualitative data. Therefore, this study intends to investigate the network of protection and philanthropic assistance to children, considering the trajectory of the hygienist Arthur Moncorvo Filho. To elucidate these questions, primary sources and theoretical references were sought using bibliographic material related to this theme.

KEYWORDS: Child care. Philanthropy. Moncorvo Filho.

1 | INTRODUÇÃO

No Brasil, após a instauração da República, o problema da infância, caracterizado especialmente pela elevada mortalidade infantil, tornou-se intolerável, segundo as novas sensibilidades e exigências civilizatórias, e passou a representar uma ameaça ao ideal

de construção da nação. Nesse ambiente ideológico que passou a ser pautado pelo higienismo, surgiram as primeiras iniciativas modernas de assistência às crianças. Médicos e higienistas, sensibilizados pelo problema da infância e apoiando-se num discurso que mesclava concepções sobre a assistência à infância e o progresso social, tomaram para si a função de promover a proteção e o amparo à saúde de mães e filhos e reduzir a indiferença da sociedade à mortalidade infantil (FREIRE, 2009).

Esse projeto, embora desenvolvido inicialmente por médicos higienistas e pela filantropia laica, ganhou legitimidade crescente entre setores da elite intelectual e política, que passaram a reivindicar do poder público maior atenção a esse grupo. Quanto aos filantropos, atuavam no que para eles se constituía na modernização de concepções e instituições sociais, na medida em que eles se colocavam como inovadores no campo da assistência, ao propugnarem a necessidade de novas condutas sociais para a garantia da moralidade pública. A filantropia, com seu aparato científico, se converteu na pedra de toque das ações de amparo à infância no Brasil.

2 | OS FILANTROPOS DA NAÇÃO E A CARIDADE CIENTÍFICA

A filantropia, como aponta Duprat (1993), é um conceito que vai se modificando de acordo com o tempo e assume diferentes características semânticas em determinados momentos e espaços sócio-históricos. Distingue-se da caridade por não possuir a dimensão da piedade e, sim, da utilidade social. Desse modo, é na virada do século XIX para o XX que a filantropia se desenvolve como um princípio legitimador de uma nova elite fundamentalmente urbana em formação no país (MARCÍLIO, 2006). Para a autora, a filantropia se desenvolveu com a dominação política de uma nova elite urbana, constituindo-se como ideologia de instituições e também como um ideário para a sociedade na Primeira República. Nesse ângulo, segundo Duprat (1993), a filantropia pode ser entendida, grosso modo,

como a laicização da caridade cristã, ocorrida a partir do século XVIII, e que teve nos filósofos das luzes seus maiores propagandistas. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social; e a generosidade é entendida pelos filósofos ilustrados como a virtude do homem bem-nascido, que tem inclinação para doar, doar largamente, daí a forte presença das grandes fortunas entre os principais filantropos. Contudo, tanto a caridade quanto a filantropia destinam suas obras aos necessitados (DUPRAT, 1993).

Para Duprat (1993), a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicação de toda vaidade de seu autor, propugnando o anonimato como valor máximo, enquanto que a filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma, “visto que a publicidade provoca a visibilidade da obra e acirra a rivalidade entre os benfeitores” (DUPRAT, 1993, p. 54). Sobre isso, autores como Mestriner (2001) e Wadsworth (1999),

apontam que a laicização da caridade acabaria por incorrer na filantropia, inferindo que a caridade cristã e sua postura de resignação ante a pobreza, caracterizada nas ações individuais, coletivas e mesmo institucionalizadas, não se coadunam com o novo espírito científico. É interessante observar que a medicina higienista e filantrópica atuou, a partir de 1870, baseada em modelos de assistência à infância em fóruns nacionais e internacionais e ancorados no espírito nacionalista da época (GONDRA, 2000).

Nesse prisma, segundo Marcílio (2006), a filantropia emergiu fundamentada pela ciência com a finalidade de organizar a assistência de acordo com as necessidades sociais, políticas, econômicas e morais, as quais vieram com o advento da República. Com práticas que promoveram a fusão entre o interesse individual, ou de grupos, e o interesse geral, a filantropia possibilitava ações que não interferiam nos interesses da ordem, ao contrário, ajudavam a minimizar o papel do Estado em relação à pobreza (MARCÍLIO, 2006). Nesta via, a organização de médicos higienistas na criação de instituições de assistência e proteção à infância faz parte da tendência filantrópica, cujo projeto societário, é a formação de uma nação forte, sadia e higienizada (MESTRINER, 2001).

Considerando as questões expostas, as estratégias propostas abrangiam também a educação das mulheres de forma a garantir a formação física e moral dos filhos, por meio da aplicação dos princípios da puericultura. Nesse cenário, sobressaía-se o papel dos médicos higienistas no atendimento das crianças pobres. Dispostos a enfrentar o “problema da infância” por meio de medidas higienizadoras, tais médicos defendiam não apenas a assistência materno-infantil, mas também proposições a respeito da educação das mães, com vistas à formação física e moral dos filhos (FREIRE, 2009).

Segundo Dias (2007), a atuação desses médicos higienistas foi o que instituiu o novo modelo filantrópico de assistência, que iria combinar intervenção pública, filantropia e ciência médica. Fundam-se nessa época as bases da puericultura no Brasil, definida como a ciência que trata da higiene física e social da criança. Nascido na Inglaterra e na França no século XVIII, a base da puericultura era na orientação à higiene da maternidade e da infância. Para essa autora, a racionalização da assistência era indiscutivelmente um imperativo do século XIX. Nessa senda, a questão da racionalização da saúde do menor é levantada devido às altas taxas de mortalidade infantil, tanto na sociedade em geral quanto nos asilos (DIAS, 2007).

Nessa dinâmica, acerca da questão do financiamento às ações de proteção à infância, segundo Mestriner (2001), Asilos, Orfanatos, Casas de Misericórdia, de gestão da Igreja Católica recebiam doações da Coroa Portuguesa desde os tempos coloniais. A destinação de recursos a essas obras caritativas era comum entre os seguidores da fé católica. Nesse âmbito, a caridade, expressa especialmente pela benemerência católica, não ocorria necessariamente apartada do aparelho estatal. Diante desse processo, faz-se necessário destacar que a benemerência pode ser situada também a partir de uma perspectiva de institucionalização, além da caridade exercida individual e pontualmente,

por meio de esmolas (MESTRINER, 2001).

Cabe apontar que Dias (2007) desenvolve críticas aos objetivos dos filantropos, utilizando-se do exemplo francês de filantropia no século XIX, a autora aponta que filantropia é instrumentalizada pelas elites de forma a domesticar e despolitizar a população. Nessa linha de entendimento, afirma a autora que as organizações filantrópicas neste período se organizavam em torno de núcleos que permitem um posicionamento estratégico “entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população” (DIAS, 2007). Dessa maneira, a referida autora aponta polos sobre os quais os filantropos se apoiavam para lograr seus objetivos. Para a autora, o primeiro seria o assistencial, o qual, alicerçado no liberalismo estatal, transferiria “para a esfera privada as demandas que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência”. O segundo polo é o médico-higienista, o qual ao invés de tentar conter a atuação do Estado, o instrumentaliza para evitar um desmantelamento social, o qual ocorreria por conta do “enfraquecimento físico e moral da população, do surgimento de lutas, de conflitos” (DIAS, 2007).

Nessa vertente, apesar de sua raiz humanitária, a filantropia foi se consolidando, desde os primórdios do liberalismo, mas possui uma base na sensibilidade moral como modo de aproximar a miséria e a ordem. “Com isso, a filantropia elabora, pragmaticamente, uma referência ao interesse coletivo, de natureza essencialmente moral, que é o de reduzir a miséria e o perigo social que ela representa” (MARCÍLIO, 2006). Nessa direção, Marcílio (2006), em seus estudos, ao referir-se à “gestão filantrópica da pobreza urbana” nas primeiras décadas do século XX no Brasil, aponta para uma grande preocupação com “a devassidão dos costumes, a indisciplina cívica e a desobediência civil” no período ao qual nos remetemos (MARCÍLIO, 2006).

Assim, Marcílio (2006) aponta que a filantropia se faz em um território complexo: “a percepção da cidade como lócus de decadência moral”. Por essa linha de pensamento, congruente à lógica liberal, com o fim da escravidão, a imagem de uma sociedade cindida entre senhores e escravizados, sustentada em linhas de sociabilidade que preservavam a distância e a hierarquia, fundamentos de uma ordem autoritária e desigual, dissipa-se. Em seu lugar, emerge uma imagem difusa de horror e medo, em que os pobres invadem o espaço urbano, comparecendo com suas “idiossincrasias”, os maus costumes, a ignorância, a insubordinação, a incompreensão dos valores prevaletentes em uma civilização, atrapalhando a marcha do progresso, depondo contra as virtualidades futuras da nação. O que se reflete em uma verdadeira imagem de medo que se espelha em verdadeira caçada aos “comportamentos periféricos”, objeto de intimidação policial, de sanção judiciária, de ação filantrópica (MARCÍLIO, 2006).

Sob esse ângulo, para Rizzini (2011), o Estado concentrava suas ações em iniciativas isoladas, geralmente a partir do princípio de “subsidiariedade”, ou seja, subvencionando as organizações filantrópicas, com doações de imóveis, isenções de impostos e direcionamento de verbas. Até fins do Brasil Império, esses serviços eram

prestados quase que exclusivamente por ações de caridade da Igreja Católica, vinculada ao governo imperial (RIZZINI, 2011). Nesse contexto, segundo Freire e Leony (2011), a filantropia prosperou no país e a intervenção estatal passou, em um segundo momento, a se tornar parte dos clamores de boa parte da elite, o que só ocorreria efetivamente sob o governo de Getúlio Vargas no Estado Novo. Isso porque o projeto modernizador republicano compreendia a pobreza extrema como um entrave ao desenvolvimento de uma nação que pretendia ser “civilizada”. Assim, Freire e Leony (2011) apontam ainda que nesse momento “os problemas sociais são da esfera da filantropia” e que “a questão social é tida e havida como objeto da filantropia (mais uma vez das elites que dispunham recursos para tanto), à qual se associava prestígio social” (FREIRE e LEONY, 2011).

Nesta via, conforme Silva Jr. e Garcia (2014), etimologicamente, a palavra filantropia significa “amor à humanidade”, sendo oriunda do grego *philo* (amor) e *anthropos* (humanidade). Essa definição, atribuída a Platão, possuía ainda, de acordo com Gondra (2002), os aspectos de saudação, ajuda e hospitalidade, tendo sido o aspecto da “ajuda” a acepção acolhida na modernidade. Analisando a obra de Aristóteles, ele define a filantropia como sendo “uma disposição difusa para simpatizar com os outros, que quando refinados pelo julgamento podem tornar-se piedade” (GONDRA, 2002). Sobre a filantropia aristotélica, argumenta ainda o autor que “todos os indícios parecem apontar para a mesma conclusão: que a filantropia significa um sentimento de solidariedade relativamente generalizado e indiscriminado pela humanidade” (GONDRA, 2002).

Tendo como norte a afirmação de Wandsworth (1999), “a filantropia constitui-se, pois no campo filosófico, concernente à moral dos valores, como o altruísmo e a comiseração que levam a um voluntarismo que não se realiza no estatuto jurídico, mas no caráter da relação” (WANDSWORTH, 1999). A filantropia, como aponta Viscardi (2011) é um conceito que vai se modificando de acordo com o tempo e assume diferentes características semânticas em determinados momentos e espaços sócio-históricos. Para a autora, assim, distingue-se da caridade por não possuir a dimensão da piedade e, sim, da utilidade social. Pondo em relevo a divergência entre caridade e filantropia, enquanto a primeira era campo exclusivo das Irmãs de Caridade, a segunda tem compromisso com os preceitos científicos, iniciando-se uma campanha contra os asilos de caridade e o sistema de Roda, levada a cabo por médicos e juristas (RIZZINI, 2011).

Nesse esforço interpretativo, conforme aponta a autora supracitada, a caridade “reflete o temor a Deus e uma atitude de resignação ante a pobreza”, em uma perspectiva de “minimização do sofrimento alheio” (RIZZINI, 2001). Já para Viscardi (2011), a filantropia, em contrapartida, é uma virtude laicizada, é uma ação continuada, refletida e não mais isolada. Além disso, enquanto a caridade tem na Igreja e em irmandades as vias pelas quais são realizadas as obras de caridade, a filantropia se constitui em um movimento organizado em torno de suas obras de utilidade social no qual seus participantes se reúnem em torno “de um mesmo movimento de expressão e de identidade do doador: elas se

remetem às convicções, o situam em um espaço social, o inscrevem no seio de um grupo de relações” (VISCARDI, 2011).

Sobre isso, Marcílio (2006) aponta que se no século XX as expressões caridade e filantropia como se referia, “às vultuosas doações a qualquer espécie de instituição não-lucrativas”, no século XVIII, essas expressões poderiam ser confundidas tanto com o amor ao próximo, como com as ações práticas de ajuda ao próximo. Para a autora, o termo caridade teria sido utilizado para denominar esforços individuais centrados na moralidade cristã de ajuda aos necessitados, ou ainda, vinculado à ideia da benevolência, sendo então a filantropia aqui entendida como a prática e a caridade como a dimensão abstrata desta. A filantropia no século XVIII se referiria, pois, “a esforços seculares, institucionalizados, ou ao menos, à sistematização dos esforços da caridade” (MARCÍLIO, 2006). De acordo com a autora, entretanto, os termos teriam se tornado, neste momento, sinônimos e a mesma aponta utilizá-los indistintamente, seguindo a direção dada pelas referências textuais com as quais trabalha. Pensando no humanitarismo americano, Dias (2007) considera a filantropia como uma expressão coletiva da caridade, enquanto Gross diferencia filantropia de caridade, apontando serem estas diferentes modalidades de serviço social. “Caridade e filantropia estão em polos opostos: um concreto e individual, o outro abstrato e institucional” (DIAS, 2007).

Outrossim, Dias (2007) aponta que tanto na França, como na Inglaterra, o termo filantropia é utilizado para “distinguir a intenção política do dever religioso” (DIAS, 2007). De acordo com a autora, se originalmente a filantropia teria sido difundida como uma virtude individual substancialmente cristã, em um segundo momento, o termo passa a representar uma ação mais social, cuja noção rivalizará com outras expressões as quais também se vinculam ao “doar”, quais sejam a generosidade, sociabilidade, ajuda, assistência, benevolência e liberalidade. Apesar de existir uma convergência entre a caridade, a beneficência e a filantropia, essas expressões também concorrem entre si semanticamente. Para a autora, a filantropia não tem como principal propósito a assistência aos pobres. De acordo com Dias (2007), ajudar os pobres não é o principal objetivo da filantropia. Durante a Revolução Francesa, a noção de filantropia assumiu um significado muito amplo para designar, em geral, qualquer benfeitor da Humanidade, seja um inventor, um explorador, um cientista ou um homem generoso (DIAS, 2007).

Nessa linha, Marcílio (2006) também particulariza a caridade com relação à filantropia. Para ela, a filantropia possuía uma dimensão pragmática do conselho, enquanto a prática caritativa possuiria um caráter mais subjetivo do dom. A filantropia seria capaz de, fazendo uso da ciência, traçar objetivos concretos e investir na assistência a um determinado grupo em detrimento de outro. “Assistência às crianças em vez de assistência aos velhos, às mulheres e não aos homens, pois, em longo prazo, esse tipo de assistência pode, senão render, pelo menos evitar futuros gastos” (MARCÍLIO, 2006). Em contrapartida, a caridade não desempenha este papel, visto que sua essência se encontraria na “extremada miséria,

com a visão de um sofrimento espetacular, a fim de receber, em troca, através do consolo imediato que fornece o sentimento de engrandecimento do doador” (MARCÍLIO, 2006).

Importa observar que, trabalhos historiográficos, como Freire e Leony (2011), perceberam as transformações de uma assistência caritativo religiosa a uma assistência baseada na caridade científica¹, no Brasil do final de século XIX ao início do XX, apontam que uma das principais justificativa “era o bem coletivo do desenvolvimento nacional.” Foi um debate bem divulgado entre as camadas letradas e as elites em geral, esta defesa da proteção à infância desamparada como necessária ao progresso da nação brasileira republicana. Em face ao exposto, para Marcílio (1998), a filantropia científica, ao contrário da caridade, via, nos conhecimentos científicos, a possibilidade real de garantir a sobrevivência das crianças consideradas “desvalidas”. Entretanto, diante dessas premissas que se descortinam, é inequívoco que o processo de constituição da rede de proteção e atenção à infância no Brasil não deve ser analisado isoladamente, mas sim articulado ao desenvolvimento da assistência social como um todo².

Compondo a reflexão, encontram-se as discussões de Marcílio (2006) sobre a atuação desses “médicos-filantropos” que instituiu um novo padrão de assistência, materializada pela combinação de intervenção pública, filantropia e ciência, protótipo da rede de cuidado materno-infantil e das políticas públicas de assistência desenvolvidas na Primeira República. Segundo essa autora, no início do regime republicano, esse novo grupo social busca legitimar-se na sociedade e ascender politicamente, utilizando-se da assistência como um poderoso campo operador de sua legitimação. Um dos principais exemplos desse grupo de médicos filantropos, os quais entendiam poder colaborar para a construção de uma nação forte por meio da reprodução de uma prole saudável, foi o dr. Arthur Moncorvo Filho, cuja trajetória profissional e parte das propostas por ele formuladas quanto à proteção e assistência à infância, serão analisadas no tópico a seguir.

3 | MONCORVO FILHO E O PROBLEMA DA INFÂNCIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Todos os problemas da vida gravitam em torno do berço da inocente criança, o cidadão do futuro, a risonha esperança da pátria, a energia e a força.

Moncorvo Filho (1914, p.67)

1 Termo cunhado por Moncorvo Filho para designar a “única e verdadeira” caridade admissível nos tempos modernos (FREIRE e LEONY, 2011, p. 223).

2 Uma revisão da história da assistência à infância no Brasil, desde o período colonial, mostra-nos que toda prática assistencial voltada para crianças pobres se pautava no trabalho. As crianças índias eram catequizadas enquanto aprendiam a trabalhar; os pequenos escravos, desde muito cedo, passavam a servir aos seus senhores; as crianças abandonadas recebiam “proteção” das Santas Casas de Misericórdia até os sete anos de idade e depois eram entregues para o trabalho; as crianças órfãs eram destinadas aos asilos, onde aprendiam a desenvolver o “sentimento de amor ao trabalho”. Também se mantiveram a aplicação de castigos violentos e as péssimas condições de vida em que as crianças eram submetidas. Exemplos dessa situação não faltam na história brasileira de “atenção” à criança e ao adolescente. A resistência à catequese era capitulada na lei portuguesa como motivo suficiente para o uso da força; as crianças escravas, além de submetidas a frequentes castigos, morriam com facilidade, devido às precárias condições em que viviam seus pais; nas Rodas dos Expostos, a mortalidade era elevada em função da falta de condições adequadas de higiene, alimentação e cuidados em geral (RIZZINI; PILOTTI, 1995).

Nascido em 13 de setembro de 1871 na cidade do Rio de Janeiro, Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) passou os seus primeiros anos de vida na Europa, principalmente em Paris, onde seu pai, Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo, considerado o Pai da Pediatria brasileira, estagiava nos serviços de Pediatria dos professores Eugène Bouchut e Henri-Louis Roger e só conheceu sua cidade natal e aprendeu a língua portuguesa aos três anos de idade, quando voltou para o Brasil. Sua mãe se chamava Izabel da Silveira Ferreira e Figueiredo. Inicialmente, Moncorvo Filho planejava seguir a carreira militar, mas, influenciado por seu pai, diplomou-se médico em fevereiro de 1897, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a tese “Das linfangites na infância e suas consequências”. Durante a graduação, trabalhou na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, instituição fundada, em 1881, por seu pai e outros médicos de renome lotados na cidade. Antes de concluir a graduação, já havia escrito mais de dez textos científicos, publicados tanto em periódicos nacionais quanto estrangeiros (SILVA JR. e GARCIA, 2014).

Com o falecimento do seu pai, passou a comandar o serviço de moléstias de crianças e tornou-se diretor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Ainda que reconheça os relevantes serviços prestados pela mais antiga das instituições de caridade no Brasil, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Moncorvo Filho (1926) aponta o alcance limitado dessas ações e os graves problemas, decorrentes, entre outros aspectos, da superlotação e contiguidade das enfermarias, condições incompatíveis com os princípios higienistas. Foi membro efetivo de diversos conselhos médicos. Interessa observar que, desde o início de sua carreira, manifestou preocupação com a assistência médico-social à criança pobre, por meio de críticas às instituições de amparo à infância existentes. No seu entender, essas crianças viviam sem o menor preceito de higiene, contrariando os princípios científicos e sociais que deviam presidir essas instituições (CARNEIRO, 2000). Propõe, então, a organização de uma iniciativa de assistência à infância com ações de filantropia científica, em um instituto voltado para o atendimento às crianças “desvalidas”, por meio de práticas especializadas de saúde e cuidado, desenvolvidas pelo médico-higienista Moncorvo Filho, que formulou modelos ideológicos e institucionais que podemos considerar representativos da percepção dos médicos da época sobre a assistência à criança, constituindo-se em uma ação de utilidade pública, com reconhecimento na figura do seu fundador.

No Brasil, o movimento de proteção materno-infantil ganhou força no período republicano, integrando o projeto reformador e modernizador de construção da nação brasileira. Desta forma, em 24 de março de 1899, o médico Arthur Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ)³, o qual se

³ Funcionando como dispensário desde 1899, o IPAI-RJ foi solenemente inaugurado em julho de 1901. Em um prédio alugado à Rua Visconde do Rio Branco, nº 22, a cerimônia contou com a presença de personalidades proeminentes da época, como o então Presidente da República Campos Sales. Contou também com a presença de Arthur Azevedo, Alcindo Guanabara, Carlos Chagas, Coelho Netto, Evaristo Moraes, Hermes da Fonseca, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Lauro Müller, Lopes Trovão, Nilo Peçanha, Olavo Bilac, Quintino Bocaiuva, entre outros. Com o IPAI-RJ, Moncorvo Filho tencionava inaugurar uma nova fase na assistência à infância no Brasil. Assim, buscando estabelecer

converteu em um importante fator de filantropia, higienismo e caridade científica⁴. Instituição privada pioneira na construção de um modelo assistencial voltado exclusivamente para as crianças das camadas populares no Brasil, mas não sendo voltada apenas para uma atuação baseada na caridade⁵. Solicitava o recebimento de verbas ao Estado, mas o financiamento dessa nova caridade recaía sobre a iniciativa privada. Apesar do caráter de utilidade pública, concedido pelas autoridades do Rio de Janeiro em 1920, Moncorvo Filho não conseguiu maior atenção ou uma inserção na administração pública, através do recebimento de verbas. O médico frisou que o projeto fora criado e mantido por meios próprios, sem o menor auxílio, quer do Estado quer da municipalidade, para que não houvesse nenhum proveito político de quaisquer instâncias, sem contrapartida ao seu projeto (MONCORVO FILHO, 1926). Carecendo análise sobre o aspecto concernente à apropriação de verbas públicas para o desenvolvimento de tarefas que ainda não estão claramente definidas a quem correspondem.

Segundo Carneiro (2000), ao dedicar-se à pediatria seguiu novamente os passos do pai, de quem foi adjunto na Clínica de Crianças da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. Para além de sua atuação clínica, Moncorvo Filho implantou iniciativas como a Obra da Cruz Verde, na qual ministrou, em 1915, um curso popular de higiene infantil, e a Obra da Cruz Branca, em 1920, voltada para o combate ao analfabetismo. Participou da criação de diversas associações científicas, como a Sociedade Científica Protetora da Infância, a Sociedade Eugênica de São Paulo e a Sociedade Brasileira de Pediatria. Esta última, criada em 27 de julho de 1910, foi presidida por Moncorvo Filho entre 1933 e 1934, quando teve como vice-presidente Martinho da Rocha (CARNEIRO, 2000, p.131). As muitas atividades associativas possivelmente contribuíram para a disseminação do ideário de Moncorvo Filho e para seu reconhecimento entre os pares. Tais fatos lhe garantiram posteriormente o título de pioneiro na bandeira de luta pela assistência médico-social da criança brasileira, conferido por alguns militantes do campo da pediatria (p.100).

Compondo uma rede estratégica de intervenção, visando, assim, contribuir para a formação da “consciência eugênica” no seio das classes populares, Moncorvo Filho mobilizou esforços, visando realizar estudos científicos, atendimento médico e hospitalar, filantropia, inspeção às fábricas e às escolas, regulamentação das amas de leites e parteiras, orientação de higiene e profilaxia às mães, bem como divulgação científica, por meio do periódico “Archivos de Assistência à Infância”, que circulou de 1902 a 1939 (FREIRE e

a legitimidade do Instituto, Moncorvo Filho demonstrou em seu discurso a carência do país no campo da assistência e proteção à infância. (CARNEIRO, 2000, pp. 113-115).

4 O IPAI-RJ fora muito importante para implementação de políticas públicas para a infância. Moncorvo filho em 1919 desenvolveu um projeto de caráter nacional para, sobretudo, pensar e estimular a intervenção do Estado na causa da assistência à criança pobre. Seu projeto, em se tratando de estatística e organização foi a base para a implementação do Departamento Nacional da Criança (WADSWORTH, 1999).

5 Houve, pois, a mudança de uma assistência caritativo-religiosa a uma assistência baseada na caridade-científica, no Brasil do final de século XIX ao início do XX, sendo uma das principais justificativa “o bem coletivo do desenvolvimento nacional.” Foi um debate divulgado entre as camadas letradas e as elites em geral, esta defesa da proteção à infância desamparada como necessária ao progresso da nação brasileira republicana (MARCÍLIO, 2006).

LEONY, 2011). Com base nas estatísticas realizadas em seu instituto, o médico assegurava que, entre os principais fatores responsáveis pela mortalidade infantil, figuravam as moléstias “ocasionadas pelos vícios de regime, [e] pela nutrição mal digerida ou imprópria” (Moncorvo Filho, 3 abr. 1906). Reafirmava o papel central da alimentação no inventário prescritivo da higiene infantil e, por consequência, na construção da nacionalidade. Nesta via, segundo Freire e Leony (2011), em uma conferência médica, Moncorvo Filho apontou que o progresso moral e material e a própria felicidade da nação só se concretizariam ao resolvermos a questão da primeira infância, pleiteando a seus ouvintes que passassem a se preocupar com a temática.

Força é confessar que o carinho, o desvelo em toda a parte consagrado a essa enorme e fragil facção da sociedade, nos primeiros tempos de vida, pela conjuração dos desastres oriundos do preconceito, da ignorância, da falta de hygiene sobretudo alimentar e do abandono physico e moral, não era evidentemente exercido entre nós, o que com destaque, contrastava com o grão de civilização aque atingiramos. Todos, mesmo aquelles de mediocre leitura do que se passa em qualquer paiz culto do mundo sabem quanto carinho ahi merece a infancia, qual o interesse, sob o tal ponto de vista dos Homens de Estado, políticos, economistas, medicos, higienistas, e a infinidade de instituições creadas no sentido de amparar directa ou indirectamente as creanças maxime no primeiro dia de vida (MONCORVO FILHO, 1914, pp. 10-11).

Sob essa ótica, para Silva Jr. e Garcia (2014), a análise das proposições apresentadas por Moncorvo Filho permite compor um padrão de intervenção balizado na filantropia e na assistência científica. Se, por um lado, a filantropia é concebida como prerrogativa cristã da doação e da caridade promovida por homens e mulheres que tinham condições de socorrer os necessitados, por outro, a ideia que prevalece é a de que os conhecimentos advindos com a razão médica e, portanto, científica, deveriam estar na base do atendimento profissional à população (SILVA JR. e GARCIA, 2014). Conforme os autores, a análise do Programa Geral do Instituto evidencia o predomínio atribuído ao discurso científico pautado e legitimado nas noções de razão, de justiça, de verdade e de ciência. O projeto assistencial organizado por Moncorvo Filho articulava ciência e filantropia como vigas de sustentação, a partir das quais travaria uma “luta” em prol da proteção à infância pobre. A primeira era desempenhada por um grupo de profissionais que, à luz da pediatria e das ciências anexas, se entregavam ao estudo dos males que acometiam a infância, contribuindo, assim, com o cabedal científico produzido à época. A segunda foi colocada em prática por sócios, benfeitores e, especialmente, pelas “Damas da Assistência à Infância”⁶, comissão de senhoras da sociedade, que prestavam serviços beneméritos no

6 De acordo com o Artigo 2º dos Estatutos das Damas da Assistência à Infância poderiam conglomerar essa Associação “toda a senhora de moralidade reconhecida e maior de quinze anos [...]” (Archivos de Assistencia a Infancia, 1907, p. 19). Assim, segundo o jornal Correio da Manhã, de 06 de setembro de 1906, “cerca de 1.500 nomes de senhoras da nossa melhor sociedade [...] foram convidadas para fazer parte da nova Associação”. Por intermédio de suas redes de sociabilidade, as Damas da Assistência empenharam seu prestígio de classe às ações realizadas e às demandas assumidas pelo IPAI-RJ (SILVA JR e GARCIA, 2014).

IPAI-RJ (SILVA JR. e GARCIA, 2014).

Isto posto, difundiam-se conhecimentos científicos como os resultados de análises realizadas por Moncorvo Filho e médicos estrangeiros sobre a composição do leite materno e sua adequação ao organismo infantil, além de tabelas de crescimento de crianças amamentadas e estudos sobre a relação entre aleitamento artificial e mortalidade infantil (FREIRE, 2004). As práticas pedagógicas do IPAI-RJ apoiavam-se em recursos tecnológicos inovadores, como o uso de ‘projeções luminosas’ e dispositivos do tipo lanterna mágica, o que devia contribuir para conferir um caráter moderno aos seus propósitos e também garantia a publicidade de suas atividades. A exibição do filme “Em torno do berço”, acompanhando a conferência de mesmo nome de Moncorvo Filho em março de 1914, no cinema Odeon, assistida por autoridades, membros da elite urbana carioca e do presidente Hermes da Fonseca, é um bom exemplo dessa estratégia (MONCORVO FILHO, 1914).

Com esse intuito filantrópico, o Instituto congregou homens e mulheres das elites e da classe média, identificados com a crença de que a solução para os problemas que acometiam a infância, como: a morbidade, a mortalidade, o abandono e o analfabetismo, deveriam advir de um combate “sem tréguas” em prol da assistência e da educação das crianças (WADSWORTH, 1999). Nesse particular, observa-se a forma como Moncorvo Filho buscava intervir no corpo social, por meio de serviços profissionais considerados como “obras humanitárias” oferecidas aos “menores moralmente abandonados”.

Sobre isso, é importante pontuar que o apoio da imprensa a Moncorvo Filho em diferentes jornais, como *A Imprensa e Correio da Manhã*⁷, entre outros, refletia-se nos títulos que lhe eram conferidos em matérias sobre o IPAI-RJ, como o de “Benemérito da Humanidade”, “Sacerdote do Bem” e “Rousseau Brasileiro” (FREIRE, 2004). Vale sublinhar que Moncorvo Filho (1926), para a difusão de seu ideário, contou com o apoio de segmentos importantes da imprensa, considerada por ele um representante legítimo das liberdades e interesses sociais. Em várias oportunidades expressou sua gratidão pelo empenho e pela generosidade dos jornalistas com a causa da infância, nomeadamente Alcindo Guanabara, Coelho Neto, Evaristo de Moraes e Alfredo Balthazar da Silveira (MONCORVO FILHO, 1926, p.232). Dito isto, o jornal *Correio da Manhã*, cujo fundador, Edmundo Bittencourt, era membro da Comissão de Imprensa do IPAI-RJ, teve papel singular na divulgação das ideias do Instituto e atividades ali realizadas. Isso se fez sentir em particular na campanha Pró-Infância, que entre 1905 e 1906 ensejou a publicação, nas páginas do periódico, de várias conferências de Moncorvo Filho visando à educação das famílias (FREIRE, 2004).

Nessa esfera, em consonância com Wadsworth (1999), coligando diferentes

⁷ Contrariamente à alegada neutralidade da imprensa, o *Correio da Manhã* pretendia diferenciarse dos demais como um periódico independente e “de opinião”. Seu impacto pode ser aferido pelas expressivas tiragens alcançadas desde seu lançamento, em 15 de junho de 1901. A prestigiada sessão *Pingos e Respingos*, assinada por Antônio Sales, reproduziu várias entrevistas com Moncorvo Filho, com notas elogiosas ao seu trabalho. O mesmo não ocorria com outros personagens do período: o diretor de Saúde Pública Nuno de Andrade, por exemplo, após as sátiras de Sales publicadas no jornal, em especial o mote “Tudo passa, e o Nuno fica”, foi demitido da função (EDMUNDO, 1957 *apud* FREIRE, 2004).

segmentos sociais envolvidos com a causa da infância, Moncorvo Filho, juntamente com seus colaboradores, buscou cindir estes dois vetores, ciência e filantropia, na institucionalização do que deveria ser a “grande cruzada civilizadora”⁸. Firmando-se a partir da vertente assistencial científica, o Instituto fomentou a validação dos aparatos científicos e do poder médico na superação de uma tradição prática condenável e obsoleta nos cuidados com a criança. Para o autor, consolidava-se desse modo, a supremacia da ciência na proteção, na cura e na regeneração da infância. A fórmula proposta requeria iniciativas no campo da cultura, das relações sociais, intervindo nas crenças arraigadas ao viver das pessoas. Para isso, a visão da ciência praticada pela Medicina instituiu a prerrogativa de que era possível transformar a sociedade a partir de um movimento filantrópico “livre” do que consideravam serem as velhas e “obsoletas” concepções nesse campo (WADSWORTH, 1999). Nessa direção, afirmava Moncorvo Filho que:

A filantropia, porém, diante dos celebres progressos da ciência, revolucionada, na metade última do século, por incomparáveis descobrimentos e o desmesurado progresso dos estudos sociais, não podia permanecer sufocada em seus antigos moldes, guardando a tradição dos seus velhos hábitos, nem tão pouco mantendo os seus sistemas sob muitas faces repudiados já pela Medicina e pela Higiene. Esta, particularmente, envolveu de tal maneira, condenando os antiquados processos de distribuição da caridade, que se chegou a operar em todo o orbe uma completa modificação das instituições existentes, criando-se uns cem números [sic] de outras e estabelecendo-se as mais variadas práticas a confirmarem os fins que a sociedade exigia ante as conquistas dos estudos científicos e sociais (MONCORVO FILHO, 1926, p. 194).

Acerca dessas concepções tracejadas acima, a mudança na assistência à infância teve relação com o desenvolvimento da medicina pediátrica no Brasil⁹. A partir da especialização e da segmentação da medicina, os campos do saber especializado, dentro da medicina, viraram terreno fértil para disputas. Conferências ocorriam e incluíam a participação de autoridades estrangeiras sobre o “assunto” (MARCÍLIO, 1998). O desejo dos médicos de liderar movimentos de intervenção social esteve associado à afirmação dessa categoria profissional na sociedade. Esse protagonismo médico nas formas de assistir a infância foi proposto pelo pediatra Moncorvo Filho, entusiasta e tributário dessa

8 Moncorvo Filho reconheceu a missão social e o compromisso na “cruzada” em prol da higiene da infância e do melhoramento da robustez da raça. Assim, o Instituto tinha por objetivo amparar a infância pelo estabelecimento de medidas eugênicas a serem apreciadas em nome do ideal civilizador. Em 1905, em decorrência das ações que vinha realizando no Instituto, Moncorvo Filho foi convidado pela Câmara dos Deputados a opinar sobre o projeto de instalação da assistência pública. Quatro anos depois, a convite do prefeito Serzedelo Corrêa, pôs-se a estudar a situação da criança no Rio de Janeiro, resultando desse estudo a apresentação do projeto de criação da inspeção sanitária escolar, que se constituiu na base da organização do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar do Distrito Federal. (CARNEIRO, 2000, pp. 123-124).

9 Se até o século XIX a assistência apresentava um caráter religioso, a partir daí as políticas públicas de Assistência à infância desvalida foram atreladas ao pensamento higienista. Os médicos higienistas, a partir de então, estiveram diretamente envolvidos na criação das instituições de ensino infantil, bem como de assistência aos menores no Brasil. Buscavam não somente prestar serviços de caridade, mas visavam, ao contrário, a profilaxia e prevenção de doenças e comportamentos “desviantes”, era um serviço que ia diretamente de encontro às ideologias do Estado. Neste sentido, a assistência aos desvalidos ou órfãos significava “defesa da sociedade e proteção do homem honesto e de “bem” (ROCHA, 2003).

concepção. Na exaltação do saber médico como preponderante para a construção de um novo modelo assistencial, Moncorvo Filho criou um marco fundador da pediatria no Brasil a partir da atuação profissional do seu pai, apelidado de “Moncorvo Pae”, logo que o filho iniciou a sua carreira profissional (MONCORVO FILHO, 2002, pp. 82-84).

Diante disso, consoante com Rizzini e Palotti (1995), o Estado brasileiro, que exercia um papel predominantemente fiscalizador, passou a ser instado a intervir nas questões de amparo à população desassistida. Enquanto este amparo não vinha, a iniciativa particular desses médicos alertava para a importância de seus modelos assistenciais e da intervenção junto a estas camadas como forma de construção de uma ordem social da recente república brasileira. De acordo com Freire e Leony (2011), a promoção do bem-estar das camadas populares concebida por essa elite médica foi acompanhada de um discurso implicitamente vigilante sobre esses grupos.

Nesse particular, tendo como parâmetro os estudos de Wadsworth (1999), é inatacável a assertiva de que Moncorvo Filho estava ligado ao grupo de médicos higienistas que atuavam no Rio de Janeiro no início do século XX e foi atuante tanto no movimento higiênico quanto na intervenção sobre a maternidade e na proteção à infância. A ação educativa instituída buscava associar o interesse das famílias em preservar as crianças ao interesse da pátria, uma vez que a criança era identificada como o bem maior da nação. Nas palavras de Moncorvo Filho (1926, p.361), sua cruzada pela causa da infância destinava-se a preservar o “esteio do progresso” e da Nação.

A vós mães extremosas, cumpre procurar evitar os prejuízos que aniquilam os vossos filhos, para que tenhais a gloria suprema de constituirdes uma raça forte, preparada no físico para as escolhas da vida e dispostas às conquistas e vitórias para felicidade desta pátria. Na nutrição do recém-nascido uma série de preceitos devem ser observados de acordo com o que têm demonstrado a ciência e a experiência (MONCORVO FILHO, 1903, p. 32).

Nesse horizonte, em consonância com Silva Jr. e Garcia (2014), o controle das amas de leite mercenárias, ou seja, a venda de leite foi uma temática muito debatida pelos médicos higienistas, contrários, em grande medida, a essa prática. Utilizavam argumentos médico-científicos, alegando que com essa prática haveria maior sujeição dos lactantes a doenças. Além disso, segundo esses autores, era incentivado o vínculo entre mãe e filho por meio da lactação, como forma de constituição do “fazer maternal” vinculado a princípios burgueses (SILVA JR e GARCIA, 2014). Acrescentando a essa argumentação, Moncorvo Filho (1903) demonstrou a importância da nutrição e da higiene a ser observada, apresentando de forma clara e simples o processo biológico que acontecia com a criança em relação ao aleitamento materno:

O leite materno aspirado pela cavidade bucal, nesta mistura-se com uma insignificante quantidade de saliva com os micróbios que por acaso existem. Se houver alguma anormalidade da boca certamente perturbações graves diversas podem advir, no caso contrário o leite ali não sofre ação química

alguma. [...] Toda mãe deve, por conseguinte procurar alimentar, por si própria, o pequenino, ao qual dotou à natureza das necessárias condições para viver sob a tutela materna pela comunidade que estabelece a lactação; si esses laços sabiamente preestabelecidos se rompem, resulta desequilíbrio que redundam em prejuízo para o mais débil. Não deixa de ser verdade que a arte neste caso vem intervir para remediar o mal [...] (MONCORVO FILHO, 1903, pp. 4-5).

Consoante com a citação acima, ao propor os suportes científicos a partir dos quais deveriam firmar-se a assistência e proteção à infância, Moncorvo Filho estimulou a emergência em se incrementar ações direcionadas a promover a higiene pública social da criança (CÂMARA, 2010, p. 159). A medicina ganharia características preventivas através do modelo higienista, combatendo as causas de insalubridade e de sofrimento, na prevenção às doenças evitáveis (MONCORVO FILHO, 2002, p. 54). Em um projeto que tinha por princípio cuidar dos corpos e moralizar a sociedade. Na consolidação desta instituição, percebeu-se o interesse das elites, a pouca intervenção governamental e o uso da filantropia na construção de uma imagem da benevolência, com finalidade de promoção pública¹⁰.

Um dos desejos da junta fundadora desta humanitária instituição, quando em seu princípio publicou o programa vastíssimo a seguir, foi sem dúvida alguma ensaiar e, pela primeira vez no Brasil, uma série de conferências, melhor me expressando, dizendo de conselhos metódicos dirigidos todos os meses em dia determinados, às mães pobres que têm a fortuna de recorrer a esta piedosa casa. Os médicos deste estabelecimento constituíram-se verdadeiros guias uteis e fieis para a nutrição, a educação e finalmente a salva-guarda da saúde de vossos filhos. Para que possas compreender o valor de tais benefícios é preciso que consideres dois fatores da maior importância. Um é que todos os profissionais, quer sejam médicos, farmacêuticos, dentistas, parteiras, sejam estudantes de medicina e massagistas em cujas carinhosas mãos vos entregais ou os vossos filhos, aqui estão diariamente nesta sublime missão, trabalhando gratuitamente, a maior parte até pecuniariamente contribuindo mensalmente com dinheiro e donativos de toda espécie para a manutenção deste exemplaríssimo templo de caridade (MONCORVO FILHO, 1903, p. 31).

Nesta via, através das práticas filantrópicas, havia a preocupação da sociedade que a praticava em preservar a imagem da Capital Federal limpa das mazelas causadas pelo pauperismo. A filantropia se trata principalmente de iniciar uma ação moralizadora ou cultural, de popularizar a inovação e de realizar campanhas sociais e humanitárias. Propagava, portanto, a importância de zelar pela saúde física e mental das crianças. Em consonância com Silva Jr. e Garcia (2014), Moncorvo Filho pode ser considerado exemplar representativo do modelo do pensamento médico social do período.

¹⁰ A proteção à infância se configurou como motor impulsionador, em todo o mundo ocidental, da criação de associações e instituições para cuidar da criança, desde o seu nascimento e em seus aspectos de sobrevivência, saúde e de direitos sociais. (KUHLMANN JÚNIOR, 2002, p. 464).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar a criança como o futuro da nação e, portanto, uma revalorização da infância e o caminho mais adequado para proteger a criança seria através da higienização da maternidade e da criação dos filhos. Tomando como sujeitos históricos as crianças, filhas dos trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro, através do ensino de preceitos higiênicos, não só como a prática de procedimentos assépticos, de cuidados com as crianças, mas também como forma de pensar a reprodução dos filhos de forma racionalizada, dentro da concepção de puericultura¹¹, que seria apresentada por Moncorvo Filho como sinônimo de higiene da infância, tornando-se referência no direcionamento à educação sanitária da população.

Em linhas gerais, pelos autores trabalhados, tornou-se patente que a aplicação dessa nova maneira de criar os filhos, ou seja, da maternidade científica, não poderia mais acontecer com base nas instituições tradicionais asilares, então tratava-se de substituir essas instituições do modelo da roda, por outras instituições mais modernas onde seriam aplicados os princípios da higiene. No Rio de Janeiro, assim como por todo o Brasil, o ideário republicano destacava a criança como sujeito de processo de civilização. Salvá-la das mazelas sociais era um dos objetivos centrais. Daí a necessidade da criação de inúmeras instituições para abrigar, educar e proteger a infância.

A prestação dessa assistência à infância desamparada, ao mesmo tempo em que servia para promover o bem-estar dos assistidos na causa da proteção à infância, permitia uma aproximação e vigilância das elites sobre este segmento. Nesse sentido, para Dias (2007), o exercício da caridade como ação que visava à salvação da alma do benfeitor, através das obras piedosas, passou a ser no início do século XX um modelo desgastado, a falta de cientificidade, atestada pela ausência de médicos no comando dessas instituições caritativo-religiosas, e a insalubridade dos asilos passaram a fomentar os discursos que visavam à intervenção dos médicos no âmbito da assistência social.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

MONCORVO FILHO, Arthur. **Higiene publica - Da alimentação pelo leite**. Comunicação apresentada à Sociedade Protectora da Infancia em 8 de novembro de 1902. São Paulo: Gazeta Clinica, 1903.

_____. **Em torno do berço**. Rio de Janeiro: Conferência Médico-Social, realizada em 11 de março de 1914 no cinema Odeon. In: A Tribuna Médica. Rio de Janeiro, ano 20, n. 5, p. 85-106, mar. 1914.

_____. **Histórico da protecção á infância no Brasil (1500-1922)**. Departamento da Criança no Brasil. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia, 1926.

11 A puericultura é a ciência que se ocupa de cultivar a criança [...] nasceu da colaboração efetiva dos médicos e dos filantropos [e] quem se entrega a praticá-la não se torna somente útil à defesa do indivíduo, estende seus serviços à causa da pátria. (MONCORVO FILHO, 1926, p.69).

_____. Assistência Pública e Assistência Privada. Reflexões e Regulamentações. In: ACTAS e Trabalhos. **Primeiro Congresso Nacional dos Práticos em comemoração ao centenário da Independência do Brasil** *apud* PEREIRA NETO, 2002.

Fontes secundárias:

CÂMARA, Sônia. **Sob a guarda da República:** a infância menorizada no Rio de Janeiro na década de 1920. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CARNEIRO, Glauco. **Um compromisso com a esperança:** história da Sociedade Brasileira de Pediatria - 1910-2000. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

DIAS, Patrícia Fortunato. **Da higiene à eugenia:** um percurso de salubridade francesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

DUPRAT, Catherine. **Pour l'amour de l'Humanité.** le temps des philanthropes. Paris, Éditions du CTHS, t. I., 1993.

FREIRE, Maria Martha de Luna; LEONY, Vinícius da Silva. **A caridade científica:** Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930). História, Ciências, Saúde–Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl. 1, dez. 2011.

_____. **Mulheres, mães e médicos:** discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2009.

_____, et al. **Moncorvo Filho e a campanha Pró-Infância.** Anais do 9º Congresso Brasileiro de História da Medicina, 2004, Rio de Janeiro. Jornal Brasileiro de História da Medicina, Rio de Janeiro, v.7, p.14. 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **A sementeira do porvir:** higiene e infância no século XIX. Educ. Pesquisa. 2000, vol.26, n.1 p. 99-117.

_____. Modificar com brandura e prevenir com cautela. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (orgs). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. A circulação das ideias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (orgs). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950.** In: FREITAS, Marco Cesar. História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez Editora, 2001.

RIZZINI, Irma; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas de para a infância no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Educação escolar e higienização da infância**. Cadernos Cedes 59. Educação pela higiene. Histórias de muitas cruzadas. Campinas, v. 23, n. 59, abril, 2003.

SILVA JR, Nelson Gomes de Sant Ana e GARCIA, Renata Monteiro. **Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância**. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, Ano 10, nº2, 2014. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br>> Acesso em: 19 de ago. 2024.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Pobreza e assistência no Rio de Janeiro na Primeira República**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, dez. 2011.

WADSWORTH, James E. **Moncorvo Filho e o problema da Infância**: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História, v. 19, n. 17, São Paulo, Sept, 1999.

SETE VIDAS E MUITAS FACES: A IMAGEM DO GATO NA IDADE MÉDIA

Data de submissão: 22/08/2024

Data de aceite: 01/10/2024

José de Arimathéia Cordeiro Custódio

Doutor em Estudos da Linguagem.
Universidade Estadual de Londrina -
Campus Universitário (UEL),
Londrina - PR.

RESUMO: Os gatos medievais são como a própria Idade Média: há quem demonize, há quem romantize. Agentes do diabo e companheiro de bruxas? Sim, imagens e relatos da época representam isso. Até a Igreja se pronunciou sobre seu caráter diabólico, símbolo de pecados e parceiro de sabás e feitiçarias. A má fama se espalhou pela Europa como fogo em capim seco, assim como os exageros. Contudo, nem só de demônios e pecados são as imagens de gatos. Também existem gatos no colo de santos, como nas figuras de Santa Gertrudes de Nivelles (Bélgica, século VII) e, é claro, São Francisco de Assis (Itália, século XII-XIII). Este estudo apresenta um panorama geral das representações dos gatos na Idade Média, dentro do imaginário, mas foca mais nos relatos positivos, posto que os negativos são bem conhecidos, e se fixa depois na descrição de três imagens da época com gatos, que traduzem o referido

imaginário. Para isso, recorre a fontes bibliográficas, na tentativa de ampliar as referências sobre o tema. As três imagens foram selecionadas a fim de contemplar uma imagem ligada ao sagrado, uma de algum registro cotidiano, e outra que associa o gato ao mal, independente se profana ou não. Outras imagens servem para ilustrar as informações levantadas na pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Imagem; Gato; Idade Média; Imaginário.

INTRODUÇÃO

Os gatos medievais são como a própria Idade Média: há quem demonize, há quem romantize. Agentes do diabo e companheiro de bruxas? Sim, imagens e relatos da época representam isso. Até a Igreja se pronunciou sobre seu caráter diabólico, símbolo de pecados e parceiro de sabás e feitiçarias. A má fama se espalhou pela Europa como fogo em capim seco, assim como os exageros. Contudo, nem só de demônios e pecados são as imagens de gatos. Também existem gatos no colo de santos, como nas figuras de Santa Gertrudes de Nivelles (Bélgica,

século VII) e, é claro, São Francisco de Assis (Itália, século XII-XIII).

E como muitos outros focos de pesquisa, os estudos em torno destes bichos cresceram mais recentemente, quando mais historiadores se interessaram em ampliar ou aprofundar o conhecimento sobre eles, pelas mais diversas abordagens: sanitária, social, espiritual, ou outra. De fato, os gatos, como outros episódios, personagens ou materiais históricos, acompanharam o desenvolvimento dos estudos e das teorias. Assim afirmam dois importantes medievalistas:

Os animais da Idade Média ficaram mais bem conhecidos nas duas ou três últimas décadas, graças a um novo tipo de zoo-história que não mais se baseia somente em documentos impressos (textos, representações), e sim, de forma mais sólida, em vestígios deixados por esses animais e que podem ser estudados graças aos métodos aperfeiçoados pelos arqueozoólogos da Pré-História (LE GOFF e SCHMITT, 2006, p. 57).

É evidente que, antes dos estudos históricos sérios, havia o senso comum e as versões apresentadas pelas expressões artísticas visuais, como a pintura e mais tarde o cinema, e as literárias, como a tradição oral e contos, romances, etc. O que se pode afirmar com segurança é que os gatos, assim como tantas outras criaturas, foram injustiçados por séculos. Na espiritualizada e supersticiosa Idade Média, tudo isso em superlativo. E para quem pensa que esta mentalidade acabou, pode conferir a quantidade de postagens nas redes sociais que criticam o preconceito contra gatos pretos que, aliás, são sempre os últimos nas filas de adoção. Pode-se até não mais acreditar em bruxas, mas que gatos pretos dão azar, dão – dizem.

O fato é que a natureza do gato provocou tudo isso. No Antigo Egito eram venerados: havia Bast, a deusa gata. Graças a Muzza, um gato que fazia companhia a Maomé, temos a Istambul de hoje cheia de gatos livres, respeitados e bem tratados. Mas na Idade Média da Europa ocidental a relação de amor e ódio dos seres humanos com os pequenos felinos se manifestou com força, sobretudo com fala de traiçoeiro. Diz Fossier (2018):

Quanto ao gato, que a Igreja, ainda no fim do século XI e, depois, a opinião pública assimilam ao sabá, à magia e ao diabo, ele arranha, rouba, desencadeia crises de alergia, e sua lubricidade o torna odioso aos homens, mas muito menos às mulheres, como testemunha nossa moderna publicidade. (FOSSIER, 2018, p. 159).

Outros autores vão no mesmo sentido:

O gato, muito mais integrado no Ocidente do que se pensava até hoje, pouco entra na intimidade dos homens. (...) mal cuidados, mal nutridos, mal amados, mantidos em estado famélico que sua função exige: caçar ratos. Apesar da grande desconfiança que inspira, dos vícios sombrios que representa – luxúria feminina, noite, paganismo, feitçaria, sabá e diabo – ele pode às vezes ser mimado por monges e mulheres (LE GOFF e SCHMITT, 2006, p. 62).

Enfim, foram tempos difíceis, bem diferente da vida dos cães:

A vida de um gato na Idade Média (c. 476-1500) diferia significativamente da

de um cão devido principalmente à sua associação com feitiçaria, escuridão e o diabo. No mundo antigo, o gato era altamente considerado por culturas tão diversas quanto China, Egito e Roma, mas, no século 13 na Europa, ele havia perdido seu status anterior e era geralmente tolerado por seu uso prático na contenção de vermes, mas não muitas vezes valorizado como um animal de estimação (MARK, 2018).

Porém, como afirmado, havia outro lado:

Ao mesmo tempo, no entanto, os cristãos medievais achavam o gato útil para o controle de pragas e como meio de percepção sobrenatural. Ratos e camundongos e outros vermes, observou-se, eram bem controlados por um gato ou dois na casa e comerciantes e tripulações de navios os consideravam benéficos também para proteger carregamentos de grãos, ou outras cargas, em transporte ou armazenamento (MARK, 2018).

Sabe-se que o Papa Gregório I (São Gregório Magno, 540-604 d. C.) não tinha posses, mas teve um gato como fiel companheiro. O príncipe Hywel Dda de Gales promulgou uma lei que protegia os gatos, por volta do ano 940 d. C. (OS GATOS, s.d.).

Apresentado o cenário, o passo seguinte é expor um pouco da Historiografia referente ao tema. Naturalmente, não um estudo exaustivo, mas apenas um sinal indicativo do que existe, apontamentos que ensejam aprofundamento com mais vagar e mais pesquisa.

Após esta contextualização do tema com citações e referências de historiadores, exemplos e relatos sobre a presença de gatos entre os humanos, sua função e tratamento que se recebiam, fosse em lares de gente comum, nobres ou religiosos. este estudo apresenta um panorama geral das representações imagéticas dos gatos na Idade Média, dentro do imaginário, mas foca mais nos relatos positivos, posto que os negativos são bem conhecidos, e se fixa depois na descrição de três imagens da época com gatos, que traduzem o referido imaginário.

As imagens foram selecionadas a fim de contemplar uma imagem ligada ao sagrado, uma de algum registro cotidiano. Outras imagens servem para ilustrar as informações levantadas na pesquisa.

ANIMAIS DE COMPANHIA

Sim, havia gatos nos lares medievais:

Não era incomum que homens e mulheres de alto status na Idade Média tivessem seus retratos concluídos na companhia de um animal de estimação, geralmente cães e gatos, para mostrar seu status. É comum ver imagens de gatos na iconografia de festas e outros espaços domésticos, o que parece refletir sua condição de animal de estimação no lar medieval elevado (KILLACKY, 2022).

Mais que isso: eram bem tratados e considerados:

Assim como hoje, as famílias medievais davam nomes a seus gatos. Um gato do século 13 na abadia de Beaulieu, por exemplo, era chamado de “Mite” de

acordo com as letras de tinta verde que aparecem acima de um rabisco do referido gato nas margens de um manuscrito medieval (KILLACKY, 2022).

Duby (1990) menciona a presença deles nos lares: “Na vida doméstica, quando a privacidade e intimidade familiar permitiam, o vestuário era mais simples e despojado, e muitas vezes colorido, refletindo objetos e outros elementos que reforçavam esta simplicidade e alegria”. O autor diz que podia ser vasos de flores, pássaros ou “esses gatos provocadores ou brincalhões” (DUBY, 1990, p. 200).

De fato, existem relatos que informam que a rainha da França no século XIV, Isabel da Baviera, gastava muito em acessórios para seus animais de estimação. Em 1387, consta, ela encomendou um colar bordado com pérolas e com uma fivela de ouro para seu esquilo de estimação. E em 1406, um pano verde brilhante foi comprado para fazer uma cobertura especial para seu gato (KILLACKY, 2022).

Mosteiros e conventos também adotaram os bichanos:

Os gatos são encontrados em abundância como um símbolo de status nos espaços religiosos medievais. Existem muitos manuscritos medievais que apresentam, por exemplo, iluminuras (pequenas imagens) de freiras com gatos, e os gatos frequentemente aparecem como rabiscos nas margens dos Livros de Horas (KILLACKY, 2022).

Outro autor vai na mesma direção:

Os gatos, defensores da sagrada tradição da eucaristia, aproximam-se, portanto, dos eclesiásticos, que, através de seu comportamento, devem manter a ordem social de acordo com a palavra de Deus. Odo de Cheridon (nascido em 1185), ao utilizar suas fábulas para oferecer mensagens de comportamento humano para preservar a ordem social medieval, lançava freqüentemente mão da figura de gatos tonsurados e paramentados como um monge para perseguir um rato. (SALISBURY, 1994:124-125) (2023, p. 2).

Também Sarandy (2010, p. 240): “Serpell e Paul (1994) indicam que gatos e alguns pássaros eram os únicos animais permitidos em conventos franciscanos, pois eram vistos como úteis na manutenção da limpeza, numa explicação claramente funcionalista. Segundo Thomas (1988), no reinado de Carlos II (1660-1685) a maioria das famílias londrinas possuía pelo menos um gato”.

E os felinos desfrutavam ainda dos favores dos acadêmicos, inclusive no Renascimento:

Os gatos também eram companheiros comuns para os acadêmicos, e elogios sobre gatos não eram incomuns no século 16. Em um poema, um gato é descrito como o companheiro mais querido e suave de um acadêmico. Elogios como esse sugerem um forte apego emocional aos gatos de estimação e mostram como os gatos não apenas animavam seus donos, mas também proporcionavam distrações bem-vindas da difícil arte mental de ler e escrever (KILLACKY, 2022).

No século XV, na Inglaterra, eram habituais as áreas e propriedades cercadas

com paliçadas ou cercas, para fixação dos limites e também segurança. “Proteger-se dos estranhos e dos vizinhos, afastar os animais selvagens, que precisamente recomeçaram a pulular no final da Idade Média, mas também os animais domésticos errando sem vigilância” (DUBY, 1990, p. 429-30). Cães e gatos, notadamente.

Os felinos domésticos, ao lado de uma longa lista de outros animais, também protagonizavam uma grande quantidade de ditos populares medievais. É mais uma forte indicação de sua presença no imaginário do medievo. Bragança Júnior fala disso: “A partir do século XII foram incluídos nos sermões exempla e proverbial com o uso de animais para, segundo a recomendação de Bernardo de Claraval, estimular o intelecto do leitor” (2023, p. 2).

E vai além:

Várias foram as funções dos animais presentes nos textos medievais. Essencialmente, as principais referiam-se a eles como símbolos do trabalho, de comida e de paródia ao comportamento humano. Dentre eles, temos o lobo, a raposa, o leão, o cão, o cordeiro, a serpente, o boi, o sapo, o burro, o macaco, o gato, a cegonha, o esquilo e o veado, veiculando, portanto, veiculavam mensagens, que serviam para a reflexão do ouvinte/leitor (se adotarmos a dualidade produção escrita, destinada a um público litteratus X oralidade, presente, por exemplo, na homilias e sermões), mensagens essas que estavam imbuídas de uma sabedoria experiencial aliada à sabedoria primeira oriunda do conhecimento e aplicação diária da palavra de Deus. Provérbio: *Cattus sepe satur cum capto mure iocatur* (manuscrito Ba 37) Tradução: Frequentemente o saciado gato brinca com o aprisionado rato.

Especificamente sobre o gato, informa: “os felinos domésticos aparecem com frequência nos *libri proverbiorum* e bestiários medievais. Rápidos, ágeis, perseguidores incansáveis de ratos, há menção aos gatos e suas qualidades até no Direito galês do século X: Suas qualidades são ver, ouvir, matar ratos, possuir as patas sadias, nutrir e não devorar seus gatinhos.(SALISBURY:1994,14)” (idem). E acrescenta: “A mentalidade medieval associava os ratos, em geral, a estragos e danos, muitas vezes permanentes. Em *Os defeitos das mulheres*, poema datado do final do século XIII e início do seguinte publicado na França, temos a mulher comparada a um rato para “destruir” (SALISBURY:1994, 157-158), donde inferimos a conotação negativa dada a ambos” (idem).

Já como exemplo na Arte, em A “Última Ceia de Pietro Lorenzetti”, um gato senta-se perto do fogo enquanto um cachorrinho lambe um prato de sobras no chão. O gato e o cachorro não desempenham nenhum papel narrativo na cena, mas sinalizam ao espectador que este é um espaço doméstico (KILLACKY, 2022).

DA BÍBLIA AO CINEMA

Muitos sites erram ao afirmar que os gatos não são citados na Bíblia. São, mas há alguns problemas. A primeira citação está no Livro de Isaías, capítulo 34, versículo 14. A dificuldade está no fato de que muitas traduções, evangélicas, traduzem como “feras

selvagens”. É o caso da versão Almeida Corrigida Fiel (ACF). Mas em Bíblicas católicas como a de Jerusalém e Ave-Maria, o versículo diz expressamente “gatos selvagens”. Contudo, a Nova Versão Internacional (NVI) é evangélica e traz “gatos selvagens”. Eis o versículo na Bíblia de Jerusalém: “Os gatos selvagens conviverão aí com hienas, os sátiros chamarão seus companheiros. Ali descansará Lilith” (BÍBLIA, 2002). O profeta descreve um “pequeno apocalipse”: a decadência, julgamento e ruína de nações pagãs. Logo, os felinos aqui são associados à selvageria, violência, ao mal.

Outra menção está no Livro de Baruc, capítulo 6, versículo 21, diz: “Sobre seus corpos e suas cabeças esvoaçam morcegos, andorinhas e outros voláteis, como também os gatos” (BÍBLIA, 2002). O texto se refere às estátuas dos ídolos em templos babilônicos. O livro não está na Bíblia hebraica, talvez por isso os sites não o reconheçam. A versão grega coloca-o entre Jeremias e Lamentações. Na Vulgata, após Lamentações. Baruc teria sido secretário de Jeremias no exílio, e o sexto capítulo é um trecho identificado pelo locutor como uma carta do profeta. Acredita-se que 2Mc 2,1-3 refere-se a esta carta.

“Um rei pode olhar para os olhos de um gato”, diz um provérbio inglês. O dito ganhou muitas variações, como “Somente um rei pode olhar para os olhos de um gato”. Ninguém menos que um ungido e nobre acima dos nobres teria condições de encarar o olhar do mais simples representante da espécie *felis catus*.

Enfim, havia toda uma aura em torno do animal, como já registravam os bestiários medievais. Sobre isso, Queiroz (2010, p. 25) anota: “Ficou evidente, nesses estudos, que os animais eram classificados pelos estudiosos da Alta Idade Média de acordo com as funções a eles atribuídas. Desse modo, considerando a proximidade do animal ao homem, de acordo com as características físicas dos animais, o seu habitat e o seu tamanho, enfim os elementos característicos do seu modo de vida”.

Os “poderes” dos gatos nunca deixaram de habitar o imaginário humano ao longo dos séculos. Só para dar um exemplo, vale citar o filme tchecoslovaco “Um dia, um gato” (1963), que conta a história de um gato que “colore” as pessoas para quem olha, expondo mentiras, hipocrisias, segredos e sentimentos, como inveja e ódio.

Mas vamos às imagens:



“Última Ceia” (1320), de Pietro Lorenzetti.

Fonte: <https://revistaplaneta.com.br/a-surpreendente-presenca-de-gatos-em-manuscritos-da-idade-media/> . Acesso em 12.06.23.

Esta é a “Última Ceia” (1320), de Pietro Lorenzetti. Trata-se de um pintor gótico italiano que recebeu influência de Giotto, mas desenvolveu um estilo mais naturalista em suas obras, atualmente encontradas em Siena, Arezzo e Assis. Além dos temas sacros, pintou paisagens urbanas e rurais.

A importante passagem bíblica retratada por Lorenzetti traz tantos elementos fundamentais do episódio quanto do *zeitgeist*, ou seja, ela se passa num cenário do século XIV europeu, como se pode ver na arquitetura do local. As roupas remetem ao tempo de Jesus. Os halos estão presentes nas figuras santas e lá está João, o apóstolo amado e imberbe, recostado em Jesus e desolado com a revelação da traição por um dos doze. Outras pessoas aparecem, comuns, serviçais da casa, entre o espaço da ceia e doméstico. No cômodo ao lado, a cozinha, outros realizam trabalhos triviais, enquanto um cachorro come restos de comida e um gato dorme tranquilamente. Os animais foram escolhidos para compor a ideia de um lar medieval e cada um com seu temperamento: o cachorro cedendo a um instinto básico (fome) e o gato com sua imperturbável fleuma.



Ilustração do Livro de Horas de Maastricht (Holanda), século XIV.

Fonte: <https://revistaplaneta.com.br/a-surpreendente-presenca-de-gatos-em-manuscritos-da-idade-media/> . Acesso em 12.06.23.

Na figura acima temos um detalhe de uma miniatura que mostra uma freira fiando, enquanto seu gato de estimação brinca com o fuso. A imagem está num Livro de Horas de Maastricht, Holanda, do século XIV. Os Livros de Horas eram obras devocionais e familiares, e geralmente continham orações, cânticos e o calendário de festas, santos e a liturgia das horas. Apareceram ainda na Baixa Idade Média, no período carolíngio, e foram muito populares nos últimos séculos da Idade Média.

Embora retrate uma freira, membro do clero, o detalhe mostra uma atividade rotineira e comum num contexto doméstico, mesmo um convento: fiar algodão, ou lã. A cena ilustra o lado brincalhão dos gatos, que gostam de interferir nas atividades triviais dos humanos e “atrapalhá-los” em suas tarefas. Claro que os humanos não se importam, quando gostam dos bichinhos. Acham graça, pausam o trabalho para brincar um pouco, ou conversam com o gato para que não lhes perturbe mais. Ou simplesmente ignoram. O fato é que, lá como cá, na Idade Média ou Contemporânea, os gatos domésticos circulam pela casa toda e fazem o que querem, inclusive atrapalhar a concentração e as atividades humanas.

Na terceira imagem, o “rei da lambida”:



“Rei gato”, de meados do século XV.

Fonte: <https://revistaplaneta.com.br/a-surpreendente-presenca-de-gatos-em-manuscritos-da-idade-media/> . Acesso em 12.06.23.

Esta veio da Alemanha, de meados do século XV. Mostra um gato coroadado sobre um brasão e língua de fora. Arrepiado e com olhos arregalados, é quase uma caricatura. As cores do brasão reproduzem suas cores principais, branco e vermelho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é à toa que na iconografia referente à Juliana de Norwich, ela muitas vezes retratava-se acariciando um gato (NUNES, 2023).

Adorados junto com Bast no Antigo Egito, mais tarde estes felinos foram domesticados em nome da pragmática: livrar os sujos lares medievais dos indesejados e nocivos ratos. Na Idade Média, como tudo o mais, os sentimentos em relação aos gatos foram espiritualizados e levados ao superlativo – amados ou odiados, dependendo do contexto local.

Sua habilidade caçadora é mencionada por Bragança Júnior:

Como controlador dos roedores, o gato possuía (até hoje em dia) uma função dentro da sociedade humana. Em uma página do manuscrito do Livro de Kells, de origem céltica e datação incerta, há uma figura, cuja simbologia nos é similar à do provérbio 37 do manuscrito de Basel. Joyce E. Salisbury (1994:65) assim a descreve: A figura mostra dois gatos que apanharam dois ratos pelo rabo os quais parecem estar mordiscando um objeto circular marcado com a forma de uma cruz, provavelmente uma hóstia de co munhão. ... Os gatos neste caso representam os aprimorados guardiães, desempenhando o papel deles esperado de manter a população de ratos sob controle (2023, p. 2).

A Igreja Católica foi acusada até de emitir documentos oficiais contra os gatos, atitude refutada por estudos mais recentes. Por outro lado, o Papa Bento XVI (Joseph Ratzinger, 1927-2022), por exemplo, deixou-se fotografar várias vezes na companhia de um gato, sobre sua escrivaninha, no colo, e ao lado, dentro de um automóvel. Ainda

Cardeal, Ratzinger citou ensinamentos oficiais da Igreja, como o Catecismo Católico, que diz que os animais são criaturas de Deus, que rodeia os seres humanos de sua solicitude providencial. Por sua simples existência, o bendizem e dão glória, e por isso os homens lhes devem apreço.

Antes dele, João Paulo II (Karol Wojtyła, 1920-2005) proclamou que os animais possuem uma alma e os homens devem amar e se sentir solidários a estes “irmãos menores”. Ele chegou a dizer que todos os animais são “fruto da ação criativa do Espírito Santo e merecem respeito”, e que eles estão “tão próximos de Deus como estão os homens”.

SARANDY (2010, p. 241), citando outro autor, endossa que “só no século XVIII o gato consolidou sua posição de animal de estimação: ‘é provável que o gato tenha adquirido popularidade à medida que se elevavam os padrões de asseio doméstico’, afirma Thomas (1988, p. 133) ao estilo funcionalista”.

No fim, permanece o que afirma Fossier (2018):

... o gato, que hoje invade nossas vidas, continua a levar a sua com independência, alguns dizem com egoísmo, tão seguro está dos favores trazidos pela graça, pela beleza, pela calma quase terapêutica que emana de suas atitudes e até de seu contato apaziguador e sereno. Desde o século XVII, e principalmente no século XIX, o gato tornou-se o exigente reconforto do homem, sobretudo da mulher, mas nunca esteve a serviço de um ou de outra. (Fossier, 2018, p. 161).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **Os provérbios em latim medieval como espelho social – uma abordagem histórico-linguística**. Revista do GELNE (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste). V. 5, N.1 (2023). Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9105> .Acesso em 24.07.23.

DUBY, Georges (org.). **História da vida privada 2: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

FOSSIER, Robert. **As pessoas na Idade Média**. Petrópolis: Vozes, 2018.

OS GATOS na História da Europa. S.d. Disponível em <https://www.affinity-petcare.com/pt/os-gatos-na-historia-da-europa#> . Acesso em 12.06.23.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Volume 1. Bauru: Edusc, 2006.

KILLACKY, Madeleine S. Gatos na idade média: o que os manuscritos medievais nos ensinam sobre os animais de estimação de nossos ancestrais. Disponível em <https://theconversation.com/cats-in-the-middle-ages-what-medieval-manuscripts-teach-us-about-our-ancestors-pets-195389> . 23.12.2022. Acesso em 12.06.23.

MARK, Joshua. Gatos na idade média. **World History Encyclopedia**. Disponível em <https://www.worldhistory.org/trans/pt/2-1387/gatos-na-idade-media/>. 20.05.2018. Acesso em 12.06.23.

NUNES, Fernanda Cardoso. **Traduzindo narrativas místicas de autoria feminina medievais**: uma análise literária das obras de Juliana de Norwich e Margery Kempe (Tese). Programa de Pós-Graduação em Letras. João Pessoa, 2023. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/27076/1/FernandaCardosoNunes_Tese.pdf. Acesso em 12.06.23.

PATAS, urinas e ratos: **Gatos nos manuscritos medievais**. 06.03.2013. Disponível em

<https://boullan.wordpress.com/2013/03/06/patas-urinas-e-ratos-gatos-nos-manuscritos-medievais/>. Acesso em 12.06.23.

QUEIROZ, Nouraide Fernandes Rocha de. **Imagens mí(s)ticas do gato**. Dissertação de Mestrado do Programa de Estudos da Linguagem da UFRN. Natal, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16288/1/NouraideFRQ DISSERT.pdf>. Acesso em 23.07.23.

SARANDY, Andréa Barbosa Osório. Alguns aspectos simbólicos acerca do gato. *Ilha: Revista de Antropologia*. Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2010v12n1-2p233>. Acesso em 25.07.23.

IMPLEMENTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA: ANÁLISE DO LIVRO ESAÚ E JACÓ DE MACHADO DE ASSIS

Data de submissão: 06/09/2024

Data de aceite: 01/10/2024

Eduardo Prates Bordinhão

Discente do curso de Mestrado Acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com bolsa CAPES/DS. Santa Maria – RS
<http://lattes.cnpq.br/5233537218695533>

RESUMO: Este artigo analisa a obra “Esaú e Jacó”, escrita por Machado de Assis e publicada pela primeira vez em 1904. A narrativa é ambientada entre 1870 e 1891 e foca na vida de uma família carioca, especialmente nos gêmeos Pedro e Paulo, que simbolizam as oposições ideológicas entre monarquismo e republicanismo. Por meio das disputas entre os irmãos, Machado de Assis ilustra as tensões políticas da época, refletindo sobre as frustrações das expectativas republicanas, que, conforme argumenta Elio Chaves Flores, mantiveram características oligárquicas semelhantes ao regime imperial. O artigo se concentra em dois temas principais: (1) a mudança de regime político da Monarquia para a República e (2) os primeiros anos e a consolidação da República. A análise incorpora as ideias de José Murilo de

Carvalho, que discute como a república brasileira, desde seu início, foi marcada por práticas políticas que não se distanciaram significativamente do passado monárquico, demonstrando a maneira como a população ficou alheia às decisões políticas. A análise conclui que a obra de Machado de Assis oferece uma reflexão acerca da limitada participação popular na república instaurada.

PALAVRAS-CHAVE: Monarquia; República; Literatura; Esaú e Jacó; Machado de Assis.

IMPLEMENTATION AND CONSOLIDATION OF THE REPUBLIC: AN ANALYSIS OF THE BOOK ESAU AND JACOB BY MACHADO DE ASSIS

ABSTRACT: This article analyzes the novel “Esau and Jacob”, written by Machado de Assis and published for the first time in 1904. The narrative is set between 1870 and 1891 and focuses on the life of a family from Rio de Janeiro, especially the twins Pedro and Paulo, who symbolize the ideological oppositions between monarchism and republicanism. Through the disputes between the brothers, Machado de Assis illustrates the political tensions of the time,

reflecting on the frustrations of republican expectations, which, as Elio Chaves Flores argues, maintained oligarchic characteristics similar to the imperial regime. The article focuses on two main themes: (1) the change of political regime from the Monarchy to the Republic and (2) the early years and consolidation of the Republic. The analysis incorporates the ideas of José Murilo de Carvalho, who discusses how the Brazilian republic, from its inception, was marked by political practices that did not significantly distance themselves from the monarchical past, demonstrating the way in which the population was alienated from political decisions. The analysis concludes that Machado de Assis' work offers a reflection on the limited popular participation in the republic that was established.

KEYWORDS: Monarchy; Republic; Literature; Esau and Jacob; Machado de Assis.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca trazer uma análise do livro *Esaú e Jacó* escrito por Machado de Assis (1998) e publicado pela primeira vez no Brasil em 1904, dialogando com o contexto histórico no qual foi escrito, e com o contexto ao qual se refere (A transição entre o sistema político imperial e o republicano). A análise recai sobre dois temas: a mudança de regime político (da Monarquia para a República) e os primeiros anos e consolidação da República, relacionando esses dois assuntos ao livro *Bestializados* de José Murilo de Carvalho (2019) e ao artigo *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso* escrito por Elio Chaves Flores (2003), presente no primeiro volume coleção *O Brasil Republicano*, organizado por Jorge Ferreira e Lucília Delgado.

SOBRE O AUTOR E A OBRA

Machado de Assis, um dos mais famosos escritores brasileiros, tem um vasto repertório de publicações: romances, crônicas e poesias. A obra *Esaú e Jacó* – que será aqui analisada – traz uma visão sobre o contexto político da transição entre Império e República. Foi seu penúltimo romance, escrito apenas dois anos antes de sua morte.

CONTEXTO HISTÓRICO

Em 1904 – ano de publicação da obra – o Brasil experimenta o jovem regime republicano instaurado na época 15 anos antes, tendo como seu quinto presidente, Rodrigues Alves. Esse contexto do início do século XX é caracterizado pelo positivismo, pela ideia de progresso, pelas tentativas de modernização urbana e pelo apreço àquilo que é considerado civilizado. Na esfera política estava em voga o coronelismo e também a política dos governadores fundada por Campos Sales.

O principal objetivo no projeto de governo de Rodrigues Alves era modernizar o Rio de Janeiro (capital do país na época), lançando uma campanha de reforma urbana e de saúde pública por meio da vacinação obrigatória, principalmente contra a varíola. A vacinação era algo novo e foi visto pela população com desconfiança, principalmente no

momento em que a ela foi estipulada como obrigatória e, para fazer valer a obrigatoriedade, as autoridades não se acanharam no momento de invadir as casas e vacinar as pessoas à força. Tal violência gerou a revolta da vacina – reivindicação da população contra os abusos sofridos por esse programa.

A economia do Brasil na passagem do século XIX para o século XX não andava bem, resultado da política do encilhamento posta em prática ainda no governo de Deodoro da Fonseca. Tal política buscava contornar o problema da falta de dinheiro para pagar os trabalhadores assalariados. Para isso emitiu mais papel-moeda. O resultado foi desastroso: desvalorização da moeda e um surto inflacionário. O café ainda era o principal produto de exportação brasileira, porém agora a extração da borracha na região amazônica também se fazia presente como uma nova fonte de renda que, no entanto, passava longe de ser suficiente para levantar a economia de sua crise.

Na esfera social, após a Revolução Federalista (1891-1896) e a Guerra de Canudos (1896-1897), o Brasil vivia uma relativa estabilidade social. O contexto ao qual Machado de Assis se refere na obra vai aproximadamente de 1870 a 1891. É um contexto de crise do segundo reinado e o surgimento de partidos republicanos como o Partido Republicano Paulista (PRP) e transição do regime monárquico para o regime republicano a partir do golpe em 1889. Essa mudança de sistema político, no entanto, conserva vários elementos do sistema político monárquico, assim como é apresentado na obra de Machado de Assis e no artigo de Elio Chaves Flores. Flores mostra que a república se consolidou de forma “oligárquica com cidadania exclusiva para os grandes proprietários, os barões do café e os coronéis, com seus vastos domínios privados.” (FLORES, 2003, p. 82). Ou seja, a república frustrou as expectativas daqueles que a viam como um sistema que privilegiaria a coisa pública em vez de privilegiar os interesses privados como era no regime imperial.

SOBRE O ENREDO E ANÁLISE

O romance retrata uma família do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1891 aproximadamente. O leitor é apresentado à personagem Natividade, mulher casada e com dois filhos gêmeos, seus filhos são idênticos fisicamente, no entanto são opostos em vários outros aspectos, sendo o mais destacado deles a política. São eles: Pedro e Paulo, este inclinado as ideias republicanas, aquele monarquista. Machado de Assis apresenta o pensamento desses dois gêmeos que passam sempre a brigar um com o outro, mostrando as discussões e as brigas físicas resultantes de suas divergências ideológicas. Nesse sentido, Machado de Assis nos permite pensar os dois irmãos como uma analogia para as disputas desses dois projetos políticos que estavam em pauta desde o fim do século XIX: Monarquia e República. A ideologia de cada um desses personagens é apresentada de forma bem clara. O trecho a seguir ilustra seus pensamentos acerca de suas expectativas em relação à política:

Paulo viu-se à testa de uma República, em que o antigo e o moderno, o futuro e o passado se mesclassem, uma Roma nova, uma Convenção Nacional, a República Francesa e os Estados Unidos da América. Pedro, à sua parte, construía a meio caminho como um palácio para a representação nacional, outro para o imperador, e via-se a si mesmo ministro e presidente do conselho. Falava, dominava o tumulto e as opiniões, arrancava um voto à Câmara dos Deputados ou então expedia um decreto de dissolução (MACHADO DE ASSIS, 1998, p.38).

Através desse trecho, temos um exemplo do que cada um desses personagens pensava ser o melhor para o país e conseqüentemente para si. O interesse romântico dos dois irmãos é o mesmo: a jovem personagem Flora. A moça não está decidida entre Pedro ou Paulo, gosta dos dois. Podemos pensá-la como uma analogia ao próprio país: O Brasil. Ao mesmo tempo em que estava sob um regime monárquico, flertava com o republicanismo, tendo sido o partido republicano paulista fundado em 1870, mesmo ano de nascimento dos irmãos. Uma sutil forma de Machado de Assis mostrar que o republicanismo começa a se fazer presente com mais força nessa década, resultando na fundação do PRP. Contudo, o republicanismo é anterior a essa data, assim como os gêmeos brigavam no ventre da mãe, ainda mesmo antes de seus nascimentos.

O GOLPE DA REPÚBLICA

O golpe republicano de 1889 é apresentado no livro sob o olhar do personagem Aires, que saiu cedo para espiaçar e passeando notou um punhado de gente que não estava agindo à toa como de costume, ouviu umas palavras soltas, “Deodoro”, “Batalhões”, “Campo”, etc. Aires viu a cena, mas não pôde saber do que se tratava. Mais tarde falaram-lhe que se havia feito uma revolução, mas não acreditou em uma queda do regime. A maneira como Machado de Assis retrata o evento é condizente com o que vemos na historiografia, foi um golpe que se deu no imprevisto – imprevisto no sentido de ser naquele dia e naquele momento, mas já há muito se pensava em derrubar o regime, o personagem Paulo é um exemplo disso. Teria a população assistido atônita a proclamação da república como o contemporâneo da época Aristides Lobo nos fala? José Murilo de Carvalho (2005, p. 160) propõe que sua reação foi bilontra: o povo sabia que não havia caminhos de participação:

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era o que se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo do que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra (CARVALHO, 1987, p. 160).

Essa atitude bilontra da qual se refere Carvalho difere das interpretações que colocam o povo como bestializado e incapaz de reagir. Sua reação foi passiva por que assim viram que era o caminho possível, sabendo das limitações relacionadas à participação popular

desse novo regime.

A CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA

A república teve um começo conturbado, cheio de instabilidade política, social e econômica. Sua consolidação se deu de forma oligárquica, com mínimo de participação eleitoral e com exclusão do envolvimento popular no governo, “consolidou-se sobre a vitória da ideologia liberal, pré-democrática, darwinista, reforçadora do poder oligárquico” (CARVALHO, 1987, p. 161). O povo aparecia como espectador ou figurante e a cidadania apresentava-se exclusiva para os grandes proprietários, os barões do café e os coronéis, com seus vastos domínios privados (FLORES, 2003, p.82).

Machado de Assis ilustra a maneira como a República não colocou a coisa pública acima dos interesses privados. Referindo-se a Pedro e Paulo, o autor expõe: “A boa moral pede que ponhamos a coisa pública acima das pessoas, mas os moços nisto se parecem com velhos e varões de outra idade, que muita vez pensam mais em si que em todos” (MACHADO DE ASSIS, 1998, p.192-193). Nesse trecho percebemos como ambos, o monarquista e o republicano, preocupam-se mais consigo mesmos, parecendo velhos varões, ou seja, muda-se o sistema político, mas não se muda os velhos costumes oligárquicos.

A personagem Flora, indecisa sobre com quem deveria casar-se, adoece e morre, sua morte coincide com o estado de sítio outorgado pelo presidente da época Floriano Peixoto, o estado de sítio só demonstra mais uma vez o poder exercido pelo governo que se assemelhava muito ao regime anterior, não bastava a renúncia de Deodoro da Fonseca que presidia a república de um modo muito autoritário, Floriano Peixoto também presidiu com mão de ferro, tendo características que não eram esperadas em uma república. Isso é ilustrado quando Paulo começa a fazer oposição ao governo, vendo-o como deturpado, uma continuidade das práticas antigas que não condiziam com uma república. E Pedro acabava aceitando o regime republicano, sua aceitação não foi rápida nem total, mas dava para perceber que não havia um abismo entre ele e o novo regime. Ambos irmãos entraram para a política e foram eleitos deputados, isso, no entanto, não pôs fim em suas divergências ideológicas.

CONCLUSÃO

O romance escrito por Machado de Assis ilustra muito bem as questões políticas referentes à passagem da monarquia a república, o escritor viveu esse momento de transição. Vimos, através das análises feitas por José Murilo de Carvalho e Elio Chaves Flores, que a república desde seu início foi muito parecida com o regime que o precedeu, frustrando vários adeptos às ideias republicanas, algo explorado por Machado de Assis.

Machado de Assis publicou a obra em 1904, um período no qual a república já estava consolidada com as características oligárquicas de pouca participação popular. A partir da reflexão percebemos que independente do regime em voga, a participação popular ficou de lado.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A, N. (orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 1. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Esaú e Jacó**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

GESO BATISTA DE SOUZA JÚNIOR - Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da UNESP, campus de Assis-SP. Licenciado em História e pós-graduado em História do Brasil e História da América pelo Centro Universitário de Araras. Mestre em Comunicação pela UNESP, campus de Bauru. É bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pelo Centro Universitário Toledo de Araçatuba (SP). cursou Especialização em Política e Sociedade no Centro Universitário de Lins (SP). Especialista em Semiótica e Análise do Discurso pela Faculdade Metropolitana de São Paulo. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPq “História e Mídias Eletrônicas” (GPHME), da FCL-UNESP. Também é membro do Grupo de Pesquisa Pensamento Comunicacional Latino Americano, do CNPq / UNESP / FAAC. Possui publicações relevantes em livros nacionais e congressos internacionais, além de participação como palestrante e coordenador de mesa de eventos científicos da ANPUH e do PPG de História da Unesp.

A

Análise literária 36

Assistência 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

B

Brasil 9, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 38, 39, 40, 42, 43

C

Caridade científica 9, 10, 15, 17, 24

Criança 9, 11, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24

Cultura 6, 20, 24

D

Desenvolvimento 9, 13, 15, 17, 20, 27

E

Esaú e Jacó 37, 38, 42

F

Filantropia 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 22, 24

Fontes 4, 9, 23, 24, 26

G

Gatos 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

H

Higienista 9, 11, 12, 16, 20, 22

História 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 24, 25, 27, 31, 35, 37, 43

I

Idade Média 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 36

Ideologia 10, 39, 41

Imaginário 26, 28, 30, 31

Infância 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Interpretação 6

M

Machado 37, 38, 39, 40, 41, 42

Machado de Assis 37, 38, 39, 40, 41, 42

Monarquia 37, 38, 39, 41

Moncorvo Filho 9, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25

N

Nação 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 23

Narrativa 1, 2, 3, 4, 8, 37

P

Pedro e Paulo 37, 39, 41

Política 3, 9, 10, 14, 38, 39, 40, 41, 43

Primeira República 9, 10, 15, 25

Proteção 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Publicação 2, 19, 38

R

Realidade 6, 7

Relatos 26, 28, 29

Representação 2, 40

República 9, 10, 11, 15, 16, 21, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 42

S

Santa Gertrudes 26

São Francisco de Assis 26, 27

Saúde 10, 11, 16, 19, 22, 24, 25, 38

Sociedade 2, 6, 10, 11, 12, 15, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 34, 43

Solidariedade 13

T

Tensões políticas 37

Textos 5, 16, 27, 30

V



Verdade histórica 1, 2, 4, 8

Vidas 26, 35

A black and white photograph of an hourglass, with sand falling from the top bulb into the bottom bulb. The hourglass is positioned on the right side of the frame, and the sand is captured in motion, creating a sense of time passing. The background is dark, making the glass and sand stand out.

NARRATIVAS HISTÓRICAS



SOBRE OS EVENTOS E SEUS
EFEITOS AO LONGO
DOS SÉCULOS

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A large, black and white image of an hourglass is positioned on the right side of the cover, with sand falling from the top bulb into the bottom bulb. The hourglass is partially filled, and the sand is in motion, creating a sense of time passing. The background is dark, making the white text and the hourglass stand out.

NARRATIVAS HISTÓRICAS

SOBRE OS EVENTOS E SEUS
EFEITOS AO LONGO
DOS SÉCULOS

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br